

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CARLA MARCIA PAGLIARINI

**ANÁLISE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO EM RELAÇÃO ÀS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO SURGIDAS NAS
ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

FLORIANÓPOLIS

2014

CARLA MARCIA PAGLIARINI

ANÁLISE DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
EM RELAÇÃO ÀS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO SURGIDAS NAS ÚLTIMAS
DÉCADAS DO SÉCULO XX

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Arend

FLORIANÓPOLIS

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 à aluna Carla Marcia Pagliarini na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Arend (Orientador)

Prof. Dr. Lucas Rezende

Prof. Dr. Rodolfo Pallazzo Dias

Aos meus pais, Henrique e Maristela, pelo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que de algum modo contribuíram para a conclusão desta monografia e de mais uma etapa na minha vida.

Em especial aos meus pais, Henrique e Maristela, que abriram mão de muitas coisas para que eu pudesse estar aqui.

Aos meus avós, Ida e Olívio, por todas as palavras de apoio e carinho.

Ao meu irmão, Cleiton, por me incentivar a estudar e nunca desistir.

Aos meus queridos amigos: Michelly, Renato, Bruno, Livia, Camila e Luana, por toda paciência que tiveram comigo e por estarem sempre do meu lado quando precisei.

Ao Marcelo, por todo amor e compreensão.

Ao pessoal da Secretaria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, em especial a Elaine e a Zulmira, que sempre acreditaram em mim e no meu trabalho.

A todos os professores do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente ao Prof. Marcelo Arend cujos ensinamentos e experiência intelectual foram fundamentais para a realização desta monografia.

À Universidade Federal de Santa Catarina por todo crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

Em meados de 2012, Fernando Henrique Cardoso foi escolhido pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América para receber o Prêmio Kluge. Uma das razões para escolha teria sido a antecipação do conceito de globalização surgido no final do século XX. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa busca evidenciar como Fernando Henrique Cardoso poderia ter antecipado o conceito de globalização surgido posteriormente. Para isso, é analisada parte de sua produção acadêmica entre 1950 e início de 1990. Comparando o processo de internacionalização descrito por Fernando Henrique Cardoso às teorias da globalização é possível evidenciar os limites e avanços de sua análise. A principal contribuição dele em relação à globalização foi na caracterização do processo de internacionalização do mercado interno da América Latina em meados de 1950. Fernando Henrique Cardoso avança em relação ao conceito de globalização no seu aspecto econômico e político, no entanto, não trata dos aspectos culturais e da noção de compressão do espaço e tempo desse fenômeno.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso; Teoria da Dependência; Globalização.

ABSTRACT

In 2012, Fernando Henrique Cardoso was chosen by the United States Library of Congress to be awarded the Kluge Prize. One of the reasons for that decision was Cardoso's forethought of the concept of globalization, which would later come up at the end of the 20th century. The objective of this research is to show that Fernando Henrique Cardoso can have anticipated the concept of what would later be called globalization. To verify that, portions of his academic work from between 1950 and 1990 are analyzed. By comparing the process of internationalization as described by Cardoso with the globalization theories, it is possible to show the advances and limitations of his analysis. His major contribution regarding the globalization was the characterization of the process of Latin America internal market internationalization that occurred in the 1950s. However, while Fernando Henrique Cardoso research advances the economic and political aspects of the concept of globalization, it does not approach the cultural aspects and the time-space compression caused by this phenomenon.

Key-words: Fernando Henrique Cardoso; Dependency Theory; Globalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Interpretações da globalização no final do século XX	40
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

BIRD	Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BP	Balanço de Pagamentos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	General Agreement on Tariffs and Trade
IED	Investimento Externo Direto
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivos	12
1.1.1 Objetivo geral	12
1.1.2 Objetivos específicos	12
1.1.3 Justificativa	12
1.2 Metodologia	13
1.2.1 Estrutura do trabalho	14
2 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E O SURGIMENTO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA	16
2.1 Os precedentes da discussão	16
2.2 A CEPAL	19
2.3 A Teoria da Dependência	24
3 A QUESTÃO DA GLOBALIZAÇÃO E AS ABORDAGENS SURGIDAS NO FINAL DO SÉCULO XX	31
3.1 Sobre o conceito de globalização	31
3.2 Dimensões da globalização	32
3.2.1 Dimensão econômica	32
3.2.2 Dimensão política	33
3.2.3 Dimensão social	34
3.2.4 Dimensão cultural	34
3.3 As abordagens da globalização do final do século XX	35
4 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: OS LIMITES E AVANÇOS EM RELAÇÃO ÀS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO SURGIDAS NO FINAL DO SÉCULO XX	42
4.1 Do modelo nacional-desenvolvimentista à internacionalização do mercado	42
4.2 A internacionalização e as empresas multinacionais.....	45
4.3 O papel do Estado	47
4.4 Aspectos sociais	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU) e o governo norte-americano declararam a década de 1960 como sendo a década do desenvolvimento. No entanto, no final de 1950 a estratégia de desenvolvimento através da substituição de importações adotada pela América Latina apresentava sinais de esgotamento. Iniciando, assim, uma fase de pessimismo em relação às perspectivas e viabilidade dos projetos de industrialização e modernização das regiões atrasadas e periféricas do sistema econômico mundial.

Tem origem nesse período a Teoria da Dependência. Uma clara expressão do pensamento político, social e econômico da América Latina, a Teoria da Dependência representou um esforço fundamental para compreender as limitações do desenvolvimento iniciado num período histórico onde a economia mundial constituiu-se sob a hegemonia de grandes países, como os Estados Unidos da América. A dependência estava expressa claramente numa situação em que certo grupo de países tinha sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia, a qual estava submetida (SANTOS, 1970).

A Teoria da Dependência possui várias vertentes. Uma delas é a da dependência associada, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, cujo trabalho fundador é o ensaio publicado no Chile, em 1969, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. O foco central de suas análises neste trabalho são as interações entre os grupos sociais dentro do plano nacional para entender a relação de dependência com os centros hegemônicos do sistema capitalista. São essas relações, segundo Cardoso e Faletto (1970), que condicionariam o desenvolvimento dos países latino-americanos (embora isso não signifique a inexistência de influências e alterações causadas pela economia e pelos processos internacionais).

Recentemente, Fernando Henrique Cardoso foi agraciado com o Prêmio John W. Kluge, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. O prêmio, criado em 2003, se compara ao Prêmio Nobel nas áreas de ciências humanas e sociais. Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro latino-americano a receber o prêmio e foi eleito através de uma pesquisa feita entre três mil intelectuais e homens públicos do mundo inteiro.

Em nota do dia 14 de maio de 2012, a Biblioteca do Congresso¹ declarou que a escolha de Fernando Henrique Cardoso baseou-se na sua análise acadêmica das estruturas sociais do governo, da economia e das relações raciais no Brasil. A instituição também ressaltou a enorme energia intelectual do ex-presidente do Brasil, autor ou co-autor de mais de 23 livros acadêmicos e de 116 artigos científicos.

¹ Confira a nota completa em: http://www.nytimes.com/2012/05/14/arts/fernando-henrique-cardoso-of-brazil-to-receive-kluge-prize.html?_r=1&>

Nesta nota a Biblioteca enfatiza também que a estrutura interpretativa desenvolvida em conjunto com Enzo Faletto, na obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, além de tornar Fernando Henrique Cardoso conhecido internacionalmente abriu caminho para novas ideias e alternativas, influenciando gerações de acadêmicos na América Latina, nos Estados Unidos e no mundo, antecipando o conceito posterior de “*globalização*”.

A globalização é um termo relativamente recente, data de meados de 1980, mas que se difundiu rapidamente nas diferentes partes do mundo. Segundo Oliveira (2004) apesar de o termo ter sido associado inicialmente “(...) à eficácia do processo econômico de circulação de capitais, aplicação de mercados, produção em escala mundial, distribuição em mercados globais, elaboração pelo menor custo e maximização de seu lucro, no final do século XX transbordou para outras esferas (p. 215-216)”. Conforme afirma Giddens (2000), a globalização não é só econômica, mas política, tecnológica e cultural. O mundo vive transformações que afetam vários aspectos que ninguém compreende plenamente, mas todos podem sentir os efeitos.

De acordo com Silva (2009), inexiste uma definição consensual e universalmente aceita de globalização, até porque para alguns a ideia da globalização é um fenômeno antigo que perpassa toda a história da humanidade, enquanto que para outros a globalização é um evento totalmente inusitado provocado por diferentes condições técnicas que o tornam desprovido de ligação com o passado. Apesar disso, Silva (2009, p. 29-30) acrescenta que “(...) não se deve deixar de registrar a crucial importância das últimas décadas do século passado na intensificação dos processos globalizantes. (...) a convergência de vários eventos esculpiram uma nova face do sistema-mundo”.

Nesse sentido, tendo em vista o prêmio Kluge recebido por Fernando Henrique Cardoso em 2012 e a importância que o fenômeno da globalização recebeu a partir de 1980, o tema desta pesquisa consiste em analisar a contribuição intelectual do sociólogo em relação às teorias da globalização no final do século XX. O problema de pesquisa que se busca solucionar é se Fernando Henrique Cardoso pode ser considerado, ou não, um precursor das teorias da globalização que surgiram posteriormente.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a contribuição científica de Fernando Henrique Cardoso para as abordagens da globalização surgidas no final do século XX.

1.1.2 Objetivos Específicos

Para atingir o objetivo geral, são formulados os seguintes objetivos específicos:

- Apresentar o contexto histórico em que surgem os estudos de Fernando Henrique Cardoso sobre a Teoria da Dependência;
- Apresentar as teorias de globalização que despontam no final do século XX;
- Analisar a Teoria da Dependência, de Fernando Henrique Cardoso, assim como outras publicações relevantes do autor, de modo a identificar os limites e avanços de sua interpretação em relação às teorias da globalização surgidas posteriormente.

1.1.3 Justificativa

A motivação para escolher o tema desta pesquisa tem como base o prêmio Kluge recebido por Fernando Henrique Cardoso, da Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América em meados de 2012. Em especial, pela afirmação de que Fernando Henrique Cardoso teria sido precursor do termo globalização.

Além disso, a escolha do tema fundamenta-se na importância da Teoria da Dependência no âmbito das Relações Internacionais. De acordo com Santos (1998, p. 1) “Poucas vezes um produto gerado no mundo periférico teve uma repercussão tão ampla”. A Teoria da Dependência, surgida a partir dos estudos iniciais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nas décadas de 1950 e 1960, transformou-se numa das contribuições mais importantes da periferia para o estudo das Relações Internacionais.

Com um enfoque que desafia o *mainstream*, próprio dos países centrais, a Teoria da Dependência abriu outro leque de temas para serem investigados pelo internacionalista. Além disso, representou uma mudança importante no olhar científico sobre o sistema internacional. De uma visão horizontal que enxergava o mundo sob a perspectiva ideológica da Guerra Fria - onde priorizava a segurança num conflito constante com o comunismo e, a partir daí, buscava alianças e alinhamentos - a Teoria da Dependência passou a enxergar o mundo numa perspectiva vertical, trazendo à tona o conflito Norte e Sul, demonstrando, assim, as assimetrias que caracterizam as relações internacionais. Esta visão de mundo trouxe outro conjunto de conceitos para as pesquisas dos fenômenos internacionais: centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento, exploração, desigualdade, jogo de soma zero, etc. Também considerou outros atores: classes sociais, sindicatos, empresas multinacionais, entre outros.

A notoriedade de um prêmio tão importante quanto o prêmio Nobel somado ao renome de Fernando Henrique Cardoso, recebeu destaque na mídia brasileira. Apesar de

Fernando Henrique Cardoso ser reconhecido internacionalmente pela sua produção acadêmica, no âmbito interno, sua produção científica é menos expressiva do que sua atuação como Presidente da República.

Há uma dificuldade extrínseca nesta pesquisa, pois consiste na análise da atividade de um intelectual que também foi político, e que no exercício do poder, despertou sentimentos fortes na população brasileira – tanto de aprovação quanto de desprezo. Por isso, é importante, e necessário, destacar que esta pesquisa não entrará no debate controverso entre a atuação intelectual e política de Fernando Henrique Cardoso. Nesta pesquisa buscaremos analisar da forma mais objetiva possível a contribuição científica dele para o entendimento do fenômeno da globalização. Todos os textos de Fernando Henrique Cardoso analisados nesta pesquisa foram produzidos antes dele se tornar Presidente da República.

Em relação à globalização, apesar do termo não possuir uma definição precisa apresenta-se como um fenômeno extremamente relevante no final do século XX, impactando de diversas formas e de diferentes maneiras nas distintas regiões do planeta, inclusive no panorama das Relações Internacionais. A partir do final do século XX, por exemplo, os Estados nacionais deixam de ser os únicos atores no cenário internacional, começam a ter destaque as empresas transnacionais, as organizações internacionais e até as organizações não governamentais (ONGs).

Todas estas questões, devidamente ponderadas, deverão ser tratadas no decorrer desta pesquisa na tentativa de elucidar a importância da produção científica eminentemente latino-americana para o entendimento do cenário internacional. E, assim, trabalhar para a contínua consolidação e expansão das pesquisas na área de Relações Internacionais.

1.2 METODOLOGIA

Esta seção visa apresentar os aspectos metodológicos para realizar a pesquisa. É importante iniciar definindo o que se entende por pesquisa. Segundo Gil (2002, p. 29) pesquisa é “um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. A pesquisa, desta forma, desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

Existem vários tipos de pesquisa. Köche (1997), por exemplo, classifica a pesquisa de acordo com o procedimento geral utilizado para investigar o problema. Mas, é possível encontrar autores que classificam a pesquisa de acordo com os objetivos gerais ou o tipo de abordagem.

Dentre os três tipos de pesquisa elencados por Köche (a bibliográfica, a experimental e descritiva), este trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, pois “se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres (KÖCHE, 1997, p.122)”.

Segundo Domingues et al. (2003) a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao pesquisador abranger de forma abstrata e teórica uma gama de fenômenos de forma mais ampla do que aquela que poderia pesquisar concretamente, justamente pelo fato de que a pesquisa bibliográfica tem por objetivo conhecer as diferentes contribuições científicas disponíveis sobre um determinado tema.

O trabalho buscará levantar o conhecimento disponível na área através de recursos das fontes secundárias como livros, revistas, jornais, e outras fontes, tanto impressas quanto virtuais, buscando identificar a contribuição científica de Fernando Henrique Cardoso para as teorias da globalização surgidas mais tarde.

1.2.1 Estrutura do trabalho

Esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos.

O primeiro capítulo buscará introduzir o objeto de estudo, citando os objetivos e a justificativa para a elaboração do trabalho, assim como a metodologia empregada.

O segundo capítulo buscará esgotar o primeiro objetivo específico de apresentar o contexto histórico em que surge a contribuição científica de Fernando Henrique Cardoso. Para isso, será contextualizado o momento histórico que se vivia em meados de 1950 na América Latina e no mundo, o surgimento da CEPAL e, com ela, os estudos sobre subdesenvolvimento e dependência. Definido este ponto, o trabalho apresentará as interpretações sobre as Teorias da Dependência, dando ênfase para os estudos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto sobre desenvolvimento dependente associado. Para o desenvolvimento deste capítulo será utilizado como base a contribuição dos seguintes autores: Furtado (2000), Fiori (1999), Sunkel (1980), Prebisch (1949), Bielshowsky (2000), Rodriguez (1981), Bresser-Pereira (2010), Cardoso e Faletto (1970), entre outros.

O terceiro capítulo buscará atender ao segundo objetivo específico que visa apresentar as teorias da globalização que irrompem a partir da década de 1980. Primeiramente, será tratado de forma breve sobre o conceito de globalização e suas dimensões. Em seguida, serão desenvolvidas as teorias que tratam da globalização recente, surgidas no final do século XX. Este capítulo terá como base: Giddens (2006), Held e McGrew (2001), David Harvey (1993), Arrighi (1996), Wallerstein (1997), Prado (2001), Hirst e Thompson (1998), Ianni (1995), Fukuyama (1992), Gonçalves (2002), Chesnais (1995), Baumann (1996), Santos (2006), etc.

Já o quarto capítulo compreende a análise da produção científica de Fernando Henrique Cardoso em relação às abordagens da globalização tratadas no capítulo anterior. A fim de identificar quais as semelhanças e diferenças existentes serão explorados artigos e obras de Fernando Henrique Cardoso de 1950 até o início dos anos 1990.

No quinto e último capítulo a pesquisa será concluída, com o alcance dos objetivos específicos e, conseqüentemente, do objetivo geral, e, assim, responder o problema de pesquisa proposto.

2 A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO E O SURGIMENTO DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Neste capítulo, será abordada a questão do desenvolvimento. Sob a ótica de um sistema internacional em crise, as ideias industrializantes na América Latina no início dos anos 1950 ganharam força através da ação coordenada dos Estados. Perpassando pela contribuição da CEPAL e a noção de desenvolvimento a partir da realidade latino-americana, o objetivo desse capítulo é apresentar o contexto histórico que leva a formulação da Teoria da Dependência, com ênfase especial a vertente dependente associada, objeto de estudo deste trabalho.

2.1 OS PRECEDENTES DA DISCUSSÃO

A população mundial da primeira metade do século XX vivenciou um dos períodos mais agitados das transformações mundiais. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foram eventos devastadores na história da humanidade e que culminaram em grandes mudanças da ordem vigente.

Para Polanyi (2000), a Primeira Guerra Mundial apenas adiantou e intensificou uma crise que ela não havia criado. Para o autor, os obstáculos à paz e à estabilidade no pós-guerra, derivavam das mesmas fontes da qual brotara a própria guerra, qual seja: “a dissolução do sistema econômico mundial que se processava desde 1900 (p. 22)”.

De acordo com Polanyi (2000), o sistema econômico pertencente ao século XIX baseava-se em quatro instituições, a saber: (i) o sistema de equilíbrio do poder das grandes potências, (ii) o padrão ouro, (iii) a existência de mercados autorregulados e (iv) o estado liberal. Esse conjunto de instituições propiciou um fenômeno *sui generis* na história da civilização ocidental: uma paz que durou cem anos (1815-1914). No entanto, isso não significava ausência de conflito, havia tensão, mas não era materializado. Isso porque o comércio estava ligado diretamente à paz. Conforme afirma Polanyi (2000):

(...) o comércio dependia (...) de um sistema monetário internacional que não podia funcionar numa guerra generalizada. Ele exigia a paz e as Grandes potências se esforçavam para mantê-la. Todavia, o sistema de equilíbrio de poder (...) não podia garantir a paz por si mesmo. Isto foi conseguido pela finança internacional, cuja própria existência incorporava o princípio de uma nova dependência do comércio à paz (p. 16).

Para Polanyi (2000) a tentativa reiterada do liberalismo para pôr em funcionamento um mercado autorregulável, como aquele que existia no século XIX, é que origina as crises e os distúrbios na primeira metade do século XX. Segundo o autor:

No início da década de 1930, a mudança surgiu abrupta. Seus marcos foram o abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha, os Planos Quinquenais na Rússia, o lançamento do *New Deal*, a Revolução Socialista na Alemanha, o colapso da Liga

em favor de impérios autárquicos. Enquanto no final da guerra as ideias do século XIX eram predominantes e sua influência dominou a década seguinte, já em 1940 havia desaparecido qualquer vestígio do sistema internacional e, à parte enclaves, as nações viviam uma conjuntura internacional inteiramente nova (POLANYI, 2000, p. 24).

De acordo com Arrighi (1996), é neste momento que tem início a hegemonia norte-americana. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, que devastou todo continente europeu, os britânicos pouco puderam fazer para evitar a perda do seu poder hegemônico para os Estados Unidos. A ascensão dos norte-americanos no cenário mundial, segundo Fiori (2004), caracterizou-se pela revolução na hierarquia do sistema internacional, uma vez que pela primeira vez uma potência desafiadora surge fora do velho continente.

De qualquer modo, todos os países, independentemente de serem centrais ou periféricos pertencentes do comércio mundial acumularam perdas consideráveis durante os eventos catastróficos da primeira metade do século XX. O intenso esforço de planejamento e organização para reconstrução de suas cidades e dos seus parques produtivos e industriais abriram portas para a coordenação estatal da economia. É assim que a falência da tradição liberal foi acompanhada pelo surgimento do keynesianismo e do intervencionismo estatal.

Nesse sentido,

A ciência econômica ortodoxa capitulava diante de sua incapacidade de explicar e propor caminhos para a superação dos impasses causados, tanto pela falência das instituições do século XIX, como o padrão-ouro, quanto pelas transformações produtivas, sociais, políticas e culturais que o capitalismo provocava na civilização ocidental, com suas nefastas consequências sociais (VALENTE, 2009, p. 129).

É nesse momento que a visão clássica do desenvolvimento, de que haveria uma universalização e homogeneização da riqueza capitalista por todo o espaço econômico mundial, cai por terra. Para Fiori (1999), a experiência histórica nos mostra que o capitalismo não é infalível, ou seja, os mercados desregulados e globalizados não asseguram o desenvolvimento nem a convergência entre as economias do centro e da periferia. Muito pelo contrário, conforme afirma Celso Furtado (1980), o progresso técnico e, conseqüentemente, o aumento da produtividade mantiveram-se subordinados aos interesses de reprodução de privilégios de uma sociedade desigual.

Nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial a maioria das nações do globo, muitas delas emergindo à vida independente, tomam consciência do abismo que as separa de um grupo de países que concentram a riqueza material e o conhecimento técnico-científico. E, além disso, “(...) não havia indicações de que a evolução das trocas internacionais estaria reduzindo a pobreza nesses países. Mais ainda: a distância que os separava dos países ricos,

em lugar de se reduzir estava acentuando-se, aprofundando assim, a desigualdade internacional (BASTOS E SILVA, 1995, p. 171)”.

De acordo com Furtado (2000) mais do que um tema acadêmico, a reflexão sobre o desenvolvimento foi alimentada pelo debate político nascidos das grandes transformações produzidas pela Segunda Guerra Mundial, “tais como o desmantelamento das estruturas coloniais e a emergência de novas formas de hegemonia internacional fundadas no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica (p. 25)”.

De acordo com Oliveira (2002):

A questão do desenvolvimento foi encarada por todos os países, inclusive os aliados, que visavam livrar o mundo, e obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiram nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais (p. 38).

No período pós-1945, o grupo de países em desenvolvimento passa a desfrutar de respeito por sua autonomia e do direito de expressar suas opiniões nos fóruns internacionais. A adoção do princípio de descolonização e o esforço para construir uma nova comunidade de nações contribuíram para a formação de um ambiente político global que impulsionou a cooperação internacional ao desenvolvimento (NERY, 2004).

As novas instituições internacionais – a ONU, suas comissões regionais e agências especializadas – realizaram uma importante função catalisadora sobre o tema. Conforme afirma Oliveira (2002):

Com a ONU intensificaram-se os debates acerca do conceito e dos meios para se conquistar o desenvolvimento. Passado o pior da crise bélica (Segunda Guerra), foram criados pelos países aliados e pela própria Organização das Nações Unidas uma série de programas e organismos especiais para ajudar os países a tratar dos problemas econômicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial (p.39).

As normas econômicas internacionais foram concebidas, a princípio, como um mecanismo compensatório de proteção aos Estados mais fracos. No entanto, isso não foi o que aconteceu efetivamente, conforme expõe Nery (2004):

(...) não tardou muito para que as questões envolvendo a cooperação ao desenvolvimento internacional fossem relegadas a um segundo plano. Isso fica claro nas próprias origens do Sistema de Bretton Woods e da prioridade dada à reconstrução europeia através do Plano Marshall (p. 12-13).

Na Conferência de Bretton Woods, de julho de 1944, foi estabelecido o Sistema de Bretton Woods. Um conjunto de regras, instituições e procedimentos, criados com o objetivo de regular a política econômica internacional. A partir do acordo de Bretton Woods foram criados o Banco Interamericano para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). No entanto, em nenhuma dessas instituições houve diferenciação entre países quanto ao grau de

desenvolvimento a nível mundial, nem em relação às suas diferenças quanto à industrialização e a possibilidade de se tornarem industrializados (HAFFNER, 1996).

O Plano Marshall, datado de março de 1947, caracterizou pelo auxílio econômico dos EUA aos países europeus assolados pela Segunda Guerra Mundial. Tratava-se de um plano que deveria durar quatro anos, no entanto, de acordo com Haffner (1996, p. 28) “ (...) O Plano Marshall cessou a 30 de setembro de 1951, mas a ajuda econômica americana continuou sob outras formas”.

Os EUA, principal economia capitalista ao fim da guerra, ao perceberem que a instabilidade europeia poderia transformar a região em um novo campo de expansão das doutrinas socialista e comunista resolveram estabelecer o Plano Marshall. O Plano visava não só a reconstrução do continente, mas também conter a expansão do comunismo e da influência soviética na região. A motivação do Plano Marshall, portanto, não era só econômica, mas, principalmente, geopolítica (HAFFNER, 1996).

Quando questionados sobre os problemas econômicos da América Latina, os EUA desviavam a discussão. Conforme segue:

(...) era ‘responsabilidade coletiva’ dos povos americanos reconstruir o ‘exaurido Velho Mundo’. Alegava-se que a América Latina sofrera menos na guerra e dela emergira em situação econômica muito melhor que a de várias regiões do globo. Ademais, a América Latina se beneficiara indiretamente da recuperação econômica da Europa ocidental. Assim não haveria nenhum Plano Marshall para a região (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996, p. 44).

Na visão dos EUA, a América Latina deveria aguardar por capitais privados norte-americanos para participar em seus projetos nacionais de desenvolvimento (HAFFNER, 1996). Essa política externa estadunidense, preocupada apenas com a reconstrução da Europa, resultou em vários protestos por parte dos países latino-americanos.

É sob esse contexto de críticas e protestos dos países latino-americanos que é constituída a CEPAL.

2.2 A CEPAL

A partir de uma proposta chilena, no âmbito da ONU, surge em 1948 a CEPAL. Nascida sob um mandato temporário de três anos, o objetivo da CEPAL era levantar mais informações sobre a questão dos preços na América Latina e as possibilidades de industrialização da região.

O surgimento da CEPAL não era de todo favorável ao contexto ideológico internacional. Gerada sob uma forte oposição do governo dos EUA, especialmente no ápice do macarthista da Guerra Fria, muitos acreditavam que ela não sobreviveria. Conforme afirma Sunkel (1980):

(...) numa época em que a aliança dos interesses sócio-políticos e econômicos eram ainda fortemente vinculados aos setores primários exportadores, e aonde qualquer ameaça a esses interesses era considerada automaticamente um complô comunista, e duramente reprimida, é possível imaginar como os programas reformistas de caráter socialdemocrata e nacionalista eram considerados um desafio revolucionário a ordem interna e internacional (p. 18).

Apesar da cautela com que as ideias da CEPAL eram divulgadas, pelo período de tensão que o mundo vivia isso não impediu sua proliferação. Segundo Bielschowsky (2000, p. 25) “os anos 1950 foram para a CEPAL o auge da criatividade e da capacidade de ousar e influenciar”.

A crise de 1929 representou para os países latino-americanos o fim dos investimentos diretos da Europa na região e a redução da sua demanda de importação por produtos primários. Tendo em vista as estruturas produtivas da América Latina, voltadas principalmente para a exportação de bens primários, o impacto disso foi imediato com a redução da capacidade de importar dos países latino-americanos e uma crise financeira interna.

Tal período foi decisivo para a ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador voltado “para fora” das economias latino-americanas e a passagem ao novo modelo de desenvolvimento voltado “para dentro” (TAVARES, 1975). Com uma política de estímulo à industrialização nacional, ancorada no modelo de substituição de importações, o novo modelo de desenvolvimento demonstrou uma nítida intervenção do Estado na economia, através de desvalorizações reais da moeda, do aumento de tarifas e dos controles cambiais.

O princípio normativo da CEPAL, segundo Bielschowsky (2000, p. 16), “é a ideia da necessidade de contribuição do Estado ao ordenamento do desenvolvimento econômico nas condições da periferia latino-americana”. Além de coadunar perfeitamente com os projetos políticos da região, a ideologia cepalina estava em conformidade com a ideia central da nova teoria do desenvolvimento, de que os países subdesenvolvidos mereciam uma formulação própria, ou seja, o que era aplicado aos países desenvolvidos não necessariamente funcionava do mesmo modo nos países subdesenvolvidos.

Segundo Bielschowsky (2000) a ideologia cepalina seria a própria versão regional da teoria do desenvolvimento. Para os autores cepalinos, não era possível comparar o subdesenvolvimento periférico com a história pretérita das economias centrais. O desenvolvimento na periferia latino-americana não era uma etapa do processo universal de desenvolvimento. As especificidades das experiências históricas da região levariam a um

processo de desenvolvimento distinto daquele visto nos países centrais. Conforme afirma Prebisch (1964):

A política de desenvolvimento tem que se basear em uma interpretação autêntica da realidade latino-americana. Nas teorias que recebemos e continuamos a receber dos grandes centros, há com frequência uma falsa pretensão de universalidade. Toca-nos essencialmente, a nós, homens da periferia, contribuir para corrigir essas teorias e introduzir neles os elementos dinâmicos que requerem para aproximar-se de nossa realidade (PREBISCH, 1964, p. 27)

A história de Raúl Prebisch e a da CEPAL como instituição estão estreitamente vinculadas. Prebisch entrou na CEPAL em 1949, pouco após a sua criação, em 1948, e, desse momento até sua morte, em 1986. Foi ele quem redigiu o documento seminal *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas* (1949), o qual, posteriormente, ficou conhecido como o Manifesto latino-americano.

Além de Prebisch, outro personagem ilustre ligado a CEPAL é Celso Furtado. Ele foi o responsável pela formulação do método histórico-estrutural de análise, que caracteriza o pensamento cepalino até hoje. O método histórico-estrutural fundamenta-se na ideia de que uma formulação teórica não deve ser apriorística, mas resultado da observação e da experiência. E, além disso, de uma profunda investigação histórica. A formulação teórica histórica-estrutural não tem por base apenas uma suposição, mas busca entender de onde surge a configuração histórica atual e qual a diferença entre uma sociedade e outra. A formulação histórica conduz a interpretações completamente diferentes, realidades completamente e, por conseguinte, políticas econômicas completamente diferentes. Para Bielschowsky (2000), o enfoque histórico-estrutural, sem marcos dedutivos rígidos e esquemáticos, é que permite ao pensamento cepalino ser revisto e acomodar com facilidade a evolução dos acontecimentos.

A crítica de Prebisch no Manifesto latino-americano se baseia na suposição da teoria das vantagens comparativas de que os ganhos de produtividade poderiam ser equalizados através do livre mercado, ou seja, através do intercâmbio internacional os países de produção primária conseguiriam sua parte deste fruto sem precisar se industrializar. Essa premissa, segundo Prebisch (1949, p.47-48) é “terminantemente negada pelos fatos. (...) As grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países”.

De acordo com Rodriguez (1981), a noção de desenvolvimento econômico, contida nos primeiros documentos gerados pela CEPAL, era pautada na ideia de que o aumento do bem-estar material era resultado do processo de acumulação e de progresso técnico. Mas,

mais do que captar o processo de acumulação e de progresso técnico em uma economia de tipo capitalista, considerada isoladamente, o que diferencia as ideias da CEPAL das teorias correntes de crescimento em longo prazo é “elucidar as características que tal processo assume ao se difundirem as técnicas capitalistas de produção no âmbito de um sistema econômico mundial composto por centros e periferia (p. 37)”.

A percepção de Prebisch (1949) é de que o progresso técnico se desenvolveu de forma desigual entre o centro e a periferia do sistema capitalista e as relações entre esses dois polos permitiram a reprodução e o desenvolvimento de características de desigualdades de renda e das estruturas produtivas. Caracterizando, assim, o desenvolvimento do centro e o subdesenvolvimento da periferia.

Para Prebisch (1949), não foi só o progresso técnico das indústrias que foi retido no centro, os países periféricos lhes passaram uma parte do seu próprio progresso técnico. O autor demonstra isso através do processo de deterioração das relações de troca. Esta deterioração, segundo ele, é originada do fato de que a evolução dos preços dos produtos primários exportados pelos países latino-americanos não acompanha a elevação mais intensa dos preços dos produtos manufaturados importados pela periferia.

Para explicar a diferença de preços o autor recorre às características socioeconômicas e institucionais entre esses países. Segundo Prebisch (1949), apesar do maior progresso técnico na indústria do que na produção primária, a relação de preços piorou para a produção primária devido ao aumento intensivo da renda média do trabalhador nos centros industrializados.

Para Prebisch (1949), os salários monetários nos centros se elevam com mais intensidade do que a produtividade por causa do maior grau de organização política dos trabalhadores nestes países industrializados. O mercado de trabalho com reduzida oferta de mão de obra no centro permitiu que houvesse uma sindicalização no centro e os ganhos de produtividade fossem repassados para os trabalhadores. Em contraste, na periferia, as massas de trabalhadores eram caracterizadas pela desorganização política e social.

Além disso, os EUA, tidos como o principal centro cíclico do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, exerciam muita influência econômica. E, através de suas variações, afetaram o ritmo de crescimento do resto do mundo e a distribuição internacional de ouro. Conforme observa Prebisch (1949, p. 60) “Os países da América Latina, com um elevado coeficiente de comércio exterior, são extremamente sensíveis a essas repercussões econômicas”.

Com a crise de 1929, os EUA, que por si só já reduziram a demanda por bens do resto do mundo e empréstimos internacionais, também diminuíram seu coeficiente de importação,

umentando suas reservas em ouro. A consequência disso foi a escassez de ouro no resto do mundo, seguido de problemas no balanço de pagamentos. A solução encontrada pela América Latina foi a depreciação monetária, barreiras aduaneiras, cotas de importação e controles cambiais.

Prebisch (1949), nesse sentido, defende que os países subdesenvolvidos precisavam tomar as rédeas da industrialização, porque esperar que o livre comércio por si só trouxesse benefícios não estava dando certo. Para Prebisch (1949, p. 48), a industrialização “[...] não é um fim em si mesma, mas é o único meio de que se dispõe para captar uma parte do fruto do progresso técnico e elevar progressivamente o nível de vida das massas”.

Para se industrializar, no entanto, era necessária poupança. O capital externo, preferencialmente na forma de empréstimos do governo, surge como uma alternativa para o aumento da produtividade, já que os países da América Latina não contavam com poupanças substanciais. De acordo com Prebisch (1949), se o uso for eficaz, o aumento da produtividade (e aumento do nível de vida das massas) permitirá desenvolver a própria poupança e substituir por esta o capital estrangeiro. No entanto, existem casos muito frequentes de utilização imprópria. “Poupar significa deixar de consumir e, portanto, é incompatível com certas formas peculiares de consumo em grupos com rendas relativamente altas (PREBISCH, 1949, p. 73)”.

De qualquer forma, o desenvolvimento da indústria estava limitado a disposição de melhores equipamentos de maquinaria. Era necessária uma importação considerável de bens de capital e exportação de produtos primários. Surge, então, o modelo de substituição de importações para equipar a indústria nacional e suprir os mercados já constituídos de produtos específicos, que até então eram importados dos países desenvolvidos.

É neste momento que o Estado entra como um papel fundamental dentro do modelo de desenvolvimento através de substituição de importações. O Estado, juntamente com a burguesia nacional, contra os setores aliados dos países centrais, deveria controlar as importações (somente bens essenciais), controlar o câmbio, proteger seus produtos da concorrência do centro (através da elevação das tarifas aduaneiras), investir em infraestrutura, comprimir o consumo supérfluo, dentre outras funções. Ou seja, realizar políticas protecionistas para restringir as importações e estimular a produção interna (BASTOS; SILVA, 1995).

No entanto, a estratégia de industrialização por substituição de importações não obteve o sucesso esperado e não foi suficiente para superar o subdesenvolvimento. Segundo Bastos e Silva (1995, p. 177) “a industrialização ocorrida na periferia fez com que a importação de

bens de consumo fosse substituída pela importação de bens de capital e de bens necessários para produzir bens de consumo, sem eliminar a dependência”.

Para Cardoso e Albert (1990, p.314-315) “(...) A substituição de importações foi uma estratégia de desenvolvimento desequilibrado, e rapidamente se defrontou com importantes limitações: a deterioração na balança comercial, o desequilíbrio setorial, e a deterioração das contas do setor público”.

2.3 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

De acordo com Bresser-Pereira (2010) a Teoria da Dependência, como a maioria se refere, não é uma teoria nem tampouco uma estratégia de desenvolvimento, configura-se, na verdade, como uma interpretação sociológica e política da América Latina que competiu contra a interpretação nacional burguesa proposta pela CEPAL. Mesmo com todo o esforço teórico e metodológico na tentativa de se criar um novo modelo de desenvolvimento na América Latina, o desenvolvimentismo começou a perder sua força no início da década de 1960.

De acordo com Marini (1992) a interpretação da dependência além de ser uma resposta à crise do desenvolvimentismo é também produto das lutas dentro da esquerda. Pois, de um lado estavam os comunistas, que defendiam a tese da revolução democrática burguesa, e do outro estava a esquerda não-comunista, oriunda dos movimentos populistas.

Em relação ao quadro geopolítico regional e internacional, Bielschowsky (2000) chama atenção para três elementos que foram fundamentais para a guinada do pensamento latino-americano naquela época. Em primeiro lugar, estaria a instabilidade econômica da região, pois à medida que os países cresciam economicamente o processo inflacionário também aumentava de tamanho. Na segunda posição, estaria o processo de empobrecimento e favelização das cidades, resultado da incapacidade de absorção da força de trabalho advinda do meio rural para as atividades industriais. Somando-se a insatisfação popular ao fato da democracia começar a ganhar força nesse período, surgem as pressões sociais e a luta sindical. O terceiro elemento, segundo Bielschowsky (2000), seria a Revolução Cubana de 1959. A atitude cubana repercutiu sobre o comportamento dos EUA frente aos eventos que vinham ocorrendo na América Latina e frente à movimentação política da região.

A partir desse panorama e da necessidade de se buscar novos rumos teóricos nasce a interpretação da dependência. Enquanto corpo teórico ela busca estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca “compreender as limitações de um desenvolvimento

iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas (Santos, 2000, p. 26)”.

A interpretação da dependência rejeitava veementemente a interpretação nacional-burguesa proposta pela CEPAL. De acordo com Bresser (2010), enquanto a interpretação da CEPAL assumia a responsabilidade da existência de uma burguesia nacional nos países latino-americanos e atribuía a ela um papel crucial na construção desses países e na liderança do desenvolvimento econômico, a interpretação da dependência se caracterizava pela negação radical da existência dessa burguesia. O objetivo principal da interpretação da dependência, segundo Bresser (2010, p. 32), “era mostrar a responsabilidade das elites locais dependentes, inclusive os industriais, pelo subdesenvolvimento”.

A interpretação da dependência, no entanto, não se caracteriza como uma construção homogênea. Luiz Carlos Bresser-Pereira (2010) divide os teóricos da dependência em três vertentes: a da superexploração capitalista, que conta com André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos; a da dependência associada, representada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto; e a do nacional-desenvolvimentismo, tendo como teóricos: Celso Furtado, Oswaldo Sunkel e ele próprio, Luiz Carlos Bresser-Pereira.

Frank (1973) afirma que o atual subdesenvolvimento da América Latina é resultado da integração secular no processo de desenvolvimento capitalista mundial. De acordo com o autor, as metrópoles nacionais e locais servem para impor e manter a estrutura de monopólio e as relações de exploração desse sistema, sugando os capitais ou excedentes econômicos para canalizar para a metrópole mundial. Essas características estruturais implantadas na América Latina garantem que o desenvolvimento seja limitado ou que permaneça subdesenvolvido.

Na mesma linha, Marini (2000) afirma que a relação de dependência dos países latino-americanos com os centros capitalistas insere-se em uma estrutura definida e estabelecida a partir de uma divisão internacional do trabalho, na qual “as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (p. 109)”.

Para Marini (2000) as relações entre os países imperialistas e os países dependentes caracterizam-se pelo intercâmbio desigual. Como os países periféricos não possuem o aparato necessário ao desenvolvimento tecnológico para produzir bens com alto valor agregado e, deste modo, competir com os países centrais, o recurso encontrado pela burguesia dos países dependentes para compensar as perdas no mercado mundial foi a superexploração do trabalhador. Ou seja, o aumento da mais-valia na periferia era obtido através da maior exploração da força de trabalho, e não a partir do incremento de sua capacidade produtiva.

De acordo com Marini (2000), a exploração era uma característica normal das economias capitalistas, mas que se acentuou nos países dependentes ou periféricos e se transformou em superexploração na medida em que os trabalhadores ficaram sujeitos não apenas à burguesia dependente local, mas também ao centro imperial.

Além do aumento da intensidade do trabalho, Marini (2000) aponta ainda dois outros mecanismos para se elevar a mais-valia. O primeiro seria o prolongamento da jornada de trabalho como forma de aumentar o tempo de trabalho excedente, aquele no qual o trabalho segue produzindo após ter criado todo o valor necessário à sua subsistência. O segundo seria a redução do consumo do operário além de seu limite normal - ou expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - que transformaria o fundo necessário do trabalhador em fundo de acumulação de capital. “Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho (MARINI, 2000, p.126)”.

Theotônio dos Santos (1970), outro representante da vertente da superexploração capitalista, distingue três formas históricas de dependência. A primeira forma da dependência seria a dependência colonial, ou seja, a exportação comercial *in natura*, aonde o capital comercial e financeiro, em associação com o Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias, por meio de um monopólio comercial complementado pelo monopólio colonial da terra, das jazidas e da força de trabalho (servil ou escrava) nos países colonizados. A segunda forma de dependência foi a dependência financeira-industrial, que se consolidou no final do século XIX. Caracterizada pela dominação do grande capital dos centros hegemônicos, sua expansão ocorreu mediante o investimento na produção de matérias-primas e produtos agropecuários nos países dependentes para consumo nos centros hegemônicos. Ou seja, os países desenvolveram uma estrutura produtiva exclusiva para exportação de tais produtos. A terceira forma da dependência consolidou-se no período pós-guerra. Baseada em corporações multinacionais que começaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos essa nova forma de dependência foi caracterizada como tecnológica-industrial e marcada por profundas desigualdades, resultantes da superexploração da mão-de-obra. De acordo com Santos (1970), cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política.

De modo geral, para os teóricos da superexploração capitalista, a América Latina dentro do sistema capitalista não conseguiria sair da situação de subdesenvolvimento, pelo contrário, ficaria cada vez mais subdesenvolvida. Isso porque os países capitalistas, em conluio com as elites dos países periféricos, estariam se apropriando do excedente produzido na região e aprofundando o subdesenvolvimento. A saída proposta, neste caso, seria uma revolução de caráter socialista (GOLDENSTEIN, 1994).

Em relação a vertente da dependência associada, o objetivo de Cardoso e Faletto (1979) é analisar os caminhos da dependência na América Latina e apontar os equívocos dos esforços analíticos empreendidos até aquele momento. Cardoso e Faletto (1979) desenvolveram o conceito de dependência a partir de uma crítica às limitações da teoria cepalina e das teorias do imperialismo. Para os autores, a teoria cepalina, ao supor o Estado como um ente esclarecido para conduzir o processo de industrialização, acabou não tratando dos conflitos entre classes e grupos sociais no interior do Estado. E as teorias do imperialismo, com sua visão pessimista em relação às perspectivas de desenvolvimento via capitalismo dependente, não conseguiram enxergar as possibilidades de desenvolvimento, mesmo num país subdesenvolvido. Para as teorias do imperialismo, e alguns teóricos da dependência, o imperialismo, representado pelas empresas multinacionais e Estado dos países desenvolvidos, teria interesse apenas na manutenção da condição de subdesenvolvimento e na orientação rural e agrário exportadora dos países periféricos.

Enquanto as análises cepalinas e as teorias do imperialismo tratavam das relações entre nações periféricas e centrais de uma perspectiva reducionista, Cardoso e Faletto (1979) sustentavam que a análise do subdesenvolvimento e da dependência não deveria levar em conta só as relações econômicas. Tomar a situação econômica da América Latina de forma homogênea pode induzir a um erro de perspectiva, segundo Cardoso e Faletto (1979). A tese é a de que o processo histórico latino-americano engendrou características específicas na estrutura político-social dos países da região. Tal processo deu origem a uma estrutura de classes. Essas classes, por sua vez, desenvolveram relações políticas que devem ser analisadas em sua relação com os aspectos econômicos. A proposta de Cardoso e Faletto (1979), nesse sentido, é uma “análise integrada”, ou seja, econômica e sociológica ao mesmo tempo, que identificasse os fatores políticos e sociais da dependência e as possibilidades de desenvolvimento de cada país. Cardoso e Faletto (1979) se recusaram a tomar a América Latina como um todo único.

Em relação à situação de dependência periférica, Cardoso e Faletto (1979) estão certos que não se trata apenas de uma relação de dominação imposta de fora para dentro. Os laços de

dependência, para eles, são reproduzidos pelas relações entre classes e grupos sociais domésticos e externos. Conforme segue:

O que se quer assinalar brevemente por enquanto é que, se a nova forma de dependência tem explicações exteriores à nação, por outra parte a relação interna entre as classes não lhe é alheia; ao contrário, a relação interna entre as classes é que torna possível e dá fisionomia própria à dependência (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 36).

Para Cardoso e Faletto (1970), a burguesia nacional era incapaz de se posicionar como protagonista do processo de desenvolvimento nacional, pois era muito volátil, ora se associava ao capital externo, ora ao Estado, na tentativa de obter benefícios próprios. A classe, como um todo, não tinha a ambição de transformar a sociedade, como ocorreu nas economias europeias. A autonomia tecnológica não era possível porque a classe burguesa local não despendia esforços ao progresso técnico².

Para caracterizar as mudanças no tipo de dependência que vinculava a economia brasileira à mundial, os autores atentam para o aumento dos investimentos das empresas estrangeiras no país, em particular, a partir do Plano de Metas³. Defendem que estaria havendo a configuração de uma nova situação de dependência, diferente da qual derivava da velha divisão internacional do trabalho em que os países periféricos inseriam-se como exportadores de bens primários, dependendo da demanda externa para seu desenvolvimento.

Naquela nova conjuntura, a burguesia industrial nacional tornou-se uma sócia-menor do capital estrangeiro, limitando-se aos setores industriais tradicionais, enquanto o capital estrangeiro domina os setores mais dinâmicos. A linha política seguida, especialmente depois de 1964, continuou a ser, portanto, desenvolvimentista, mas neutra no que se refere ao controle nacional ou estrangeiro da economia.

Cardoso e Faletto (1979) observam que o mercado interno estava se ampliando em alguns países graças aos investimentos industriais externos. A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional, segundo os autores, havia mudado e não se limitavam, como antes, ao sistema de importação-exportação. Os investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais no mercado nacional brasileiro, por exemplo, contribuíram para a internacionalização da produção, ainda que de forma dependente.

A dependência, desta forma, não inviabilizaria o desenvolvimento. Muito pelo contrário, dependendo das condições internas, poderia vir acompanhada de crescimento

² Fernando Henrique Cardoso já tratava sobre o perfil da burguesia brasileira em trabalhos anteriores. Em especial no livro *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*, 1972.

³ O Plano de Metas consistia em investir nas áreas de maior importância para o desenvolvimento econômico nacional (principalmente na infraestrutura e indústria local) com participação de investimentos estrangeiros. Mais informações: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>>.

econômico para o país periférico. Os teóricos da dependência associada defendiam que o desenvolvimento dependente associado às metrópoles não atendia necessariamente à estagnação e que era perfeitamente viável do ponto de vista capitalista. Viam na participação das empresas multinacionais na industrialização como uma condição para maior crescimento. A participação do capital externo, além de acelerar o desenvolvimento da indústria nacional, traria a vantagem adicional de aumentar a renda interna, uma vez que, de acordo com a presente teoria, parte da mais valia adquirida pelas empresas multinacionais permaneceria no país.

Cardoso e Falleto (1979), nesse sentido, se contrapõem às teses sobre a inevitabilidade da estagnação econômica, como consequência da contradição entre interesses imperialistas e desenvolvimento econômico dos países periféricos. A condição de subdesenvolvimento das periferias poderia ser atenuada através da inserção das economias nacionais no processo de internacionalização do mercado mundial, iniciado a partir da década de 1970.

Bresser-Perreira (2010) simplifica o pensamento de Cardoso e Falleto (1979) da seguinte maneira: “(...) já que os países latino-americanos não contam com uma burguesia nacional, não lhes resta alternativa senão se associarem ao sistema dominante e aproveitarem as frestas que ele oferece em proveito de seu desenvolvimento” (p. 36).

Para Cardoso e Falleto (1979), a internacionalização do mercado interno não colidiria com o desenvolvimento das economias dependentes. Mas, destacam que esse desenvolvimento, no entanto, não resultará em promoção de maior justiça social.

A terceira e última vertente da interpretação da dependência surgiu dentro da própria CEPAL. A versão nacional-desenvolvimentista da dependência tem em Celso Furtado seu principal representante. Diferentemente das análises cepalinas anteriores, segundo as quais a superação da condição do subdesenvolvimento confundia-se com a própria industrialização, para Furtado (1968) o processo latino-americano de industrialização teria sido suficiente para transformar parte dos sistemas econômicos herdados da época colonial, mas totalmente insuficiente para criar sistemas autônomos, capacitados para autogerar o crescimento. Isso por que:

Um aspecto fundamental, em geral deixado na sombra, está em que os países ‘periféricos’ ao especializar-se transformavam-se em importadores de novos bens de consumo, frutos do progresso tecnológico dos países ‘cênicos’. O aumento de produtividade média no país ‘periférico’, não se traduzia, em geral, em aumento significativo da taxa de salário, como é sabido. Mas esse aumento de produtividade trazia necessariamente consigo elevação de nível de vida e modificação na qualidade do padrão de vida da minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos. Dessa forma, desenvolvimento (ou melhor, progresso na concepção vulgar) passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais (FURTADO, 1971, p.227).

Furtado introduz o aspecto cultural à análise do desenvolvimento. Segundo o autor, alguns países podem ter crescimento econômico com produtos primários. No entanto, o aumento de renda geralmente é apropriado por uma elite que adota padrões de consumo e formas de viver típicos dos países ricos, totalmente incompatível com o nível de renda do seu próprio país. Esse país, portanto, crescerá economicamente, mas não se transformará (FURTADO apud CAMARGO E LOYOLA, 2002). Esse padrão de comportamento das elites aumentará ainda mais o fosso de desigualdade interna.

Como o próprio nome já diz, esta última vertente afirma que o desenvolvimento pode sim ser feito a partir do Estado. Para a interpretação nacional-desenvolvimentista o desenvolvimento era possível sempre que as elites estivessem guiadas pelos interesses nacionais e não por recomendações e pressões imperiais ou, em outras palavras, sempre que fatores nacionais prevalecessem sobre os fatores dependentes na definição de políticas e reformas. Para Bresser-Pereira (2010, p. 40) “Somente esta visão explica o desenvolvimento nacional experimentado em particular pelo Brasil e pelo México entre 1930 e 1980”.

3 A QUESTÃO DA GLOBALIZAÇÃO E AS ABORDAGENS SURTIDAS NO FINAL DO SÉCULO XX

A globalização é um tema controverso. Não existe unanimidade sobre o conceito. O caráter multidisciplinar deste fenômeno dificulta a adoção de uma definição universal, uma vez que cada campo do conhecimento adota seus próprios pontos de vista e interesses. Apesar disso, este capítulo buscará tratar do conceito de globalização e as principais dimensões do fenômeno para, em seguida, serem desenvolvidas as diferentes abordagens sobre globalização que tiveram proeminência nas últimas décadas do século XX.

3.1 SOBRE O CONCEITO DE GLOBALIZAÇÃO

Diversos autores já se propuseram a definir globalização, no entanto, não existe um entendimento universal sobre o conceito. Enquanto que para alguns autores a globalização caracteriza-se como uma nova era da história da humanidade, em que a interdependência entre os povos será tão completa que as fronteiras nacionais desaparecerão, outros autores, todavia, afirmam que a globalização nada mais é do que a continuidade de um processo que existe há muitos séculos.

Para Oliveira (2004) o fenômeno está presente ao longo da história da humanidade, no entanto, o termo globalização não foi muito utilizado antes da segunda metade do século XX. O uso do termo cresceu aceleradamente meados da década de 1980, sendo utilizado de forma notável para explicar diversos sentidos da vida contemporânea. Essa afirmação é comprovada por Giddens (2006), segundo ele, há alguns anos atrás a palavra globalização dificilmente era usada, nem na literatura acadêmica nem na linguagem corrente. E, de repente, tornou-se um conceito em moda nas ciências sociais. A tal ponto que nenhum guru da gestão a dispensava e nenhum discurso político estava completo sem se referir a ela.

A falta de um tratamento preciso para a palavra globalização, de acordo com Gonçalves (2002), implicou no seu uso abusivo. Segundo o autor “(...) a globalização tende a ser um verdadeiro *“deus ex-machina”*, que apareceu no cenário internacional no final do século XX para explicar tudo ou quase tudo (...) (p. 1)”.

A presença desse fenômeno na realidade e no imaginário coletivo, no entanto, influenciou a tomada de decisões e redesenhou o novo mapa global. De acordo com Aron (1986) há uma reconfiguração da clássica ordem internacional, liderada predominantemente por Estados nacionais, para um novo modelo mais voltado às interações e organizações multinacionais.

Mais do que uma palavra em moda, a globalização representa a síntese das transformações radicais pelas quais vem passando a sociedade mundial desde o início dos

anos 80. Conforme atesta Santos (1994, p. 11), a globalização tornou-se em “um paradigma do conhecimento sistemático da economia, da política, da ciência, da cultura, da informação e do espaço”.

3.2 DIMENSÕES DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização se apresenta como um fenômeno multifacetado. Por esta razão, buscaremos aqui apresentar as principais características da globalização no final do século XX, sendo elas: a dimensão econômica, a dimensão política, a dimensão social e a dimensão cultural.

3.2.1 Dimensão Econômica

De modo geral, a globalização nas últimas três décadas do século XX era entendida predominantemente como um fenômeno econômico. Segundo Faria (2004), tal ênfase está relacionada à autonomia adquirida pela economia em relação à política, em decorrência da internacionalização do capital.

A globalização econômica possui três dimensões básicas: 1) a dimensão comercial, que expressa o comércio internacional de bens e serviços; 2) a dimensão produtiva, que se refere às operações de empresas transnacionais, que controlam subsidiárias e filiais em outros países; e 3) a dimensão financeira, que abrange os fluxos internacionais de capital de empréstimo, financiamento e investimento externo indireto (ou de portfólio). Esse último, segundo Gonçalves (2002, p. 6) “abarca transações com ativos financeiros (ações, quotas de empresas ou de fundos de investimento, títulos de governo, títulos privados, etc), que dispensam o controle sobre o agente econômico receptor do investimento”.

A globalização na esfera financeira é o resultado da desregulamentação dos mercados financeiros mundiais. Para Baumann (1996), a financeirização é a característica mais evidente da globalização econômica. Caracteriza-se pela integração dos mercados financeiros locais - tais como os mercados de empréstimos e financiamentos, de títulos públicos e privados, monetário, cambial, seguros, etc. - aos mercados internacionais e o aumento do volume e da velocidade de circulação desses recursos entre as diversas economias.

No entanto, a globalização financeira apresenta-se um caminho de mão dupla, pois pode apresentar tanto aspectos positivos como negativos. De acordo com Baumann (1996), a globalização financeira é positiva se estes processos forem entendidos como superação eficiente das barreiras anteriores, mas torna-se negativa ao expor os países aos riscos de movimentos especulativos em uma escala maior.

Em relação ao aspecto comercial da globalização, Baumann (1996) relaciona ao fato que as empresas passaram a concorrer a nível mundial, não só dentro de seu próprio país. A

crescente homogeneidade nas estruturas de oferta e demanda dos produtos e na uniformização das técnicas produtivas e administrativas gerou a elevação da escala de produção e a diminuição do ciclo de vida do produto. Para Baumann (1996) a concorrência em termos de produto se desloca, portanto, para a competição em termos de tecnologia de processos. Ou seja, a esfera comercial passa a apoiar-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

No que concerne à globalização da esfera produtiva, Baumann (1996) caracteriza esse fenômeno quando uma parcela crescente do valor adicionado ao produto é gerada em estruturas de produção interligadas, localizadas em diferentes partes do mundo. Ou seja, muitas economias nacionais contribuíram com diferentes aportes de insumos para produzir um bem.

A globalização produtiva resultaria, portanto, da competição entre as empresas com acesso a quaisquer partes do mundo. Em outras palavras, a crescente interligação dos mercados provoca expansão do número de empresas oligopolistas transnacionais, com melhores condições de proceder à acumulação do capital globalizado.

3.2.2 Dimensão Política

A dimensão econômica da globalização demandou uma nova posição dos países em relação às demandas do mercado e dos investimentos internacionais. Os Estados-nacionais, a fim de atrair o capital internacional para o seu próprio território e, conseqüentemente, alcançar o desenvolvimento proveniente das conquistas do capitalismo, passaram a agir abrindo seus mercados, igualando os preços domésticos aos preços internacionais, mantendo o preço e a estabilidade da balança de pagamentos, regulamentando os direitos da propriedade privada de modo claro e inviolável, dentre muitas outras medidas liberalizantes (SANTOS, 1998).

Foi assim que o capital passou a transitar por todo o planeta e a figura do Estado-nação teria perdido suas características elementares em favor de novas formas de poder. Para Lima (2002), a nova divisão internacional do trabalho, onde o processo de produção é realizado em vários países, acaba tornando obsoletas, em certa medida, as fronteiras dos Estados, mitigando cada vez mais o poder dos mesmos e consolidando de forma crescente o poder das empresas transnacionais.

Além disso, de acordo Furmann (2011), o surgimento dos grandes grupos econômicos gerou um deslocamento de uma parcela do poder dos Estados para os grandes conglomerados, aliados, por vezes, com Estados fortes e, ainda, com organismos internacionais. As grandes empresas, desta forma, estariam em posição privilegiada nas negociações, requerendo expressivas concessões para permanecer nos países periféricos. A política, portanto, estava

sendo feita pelo mercado e o Estado teria perdido a capacidade gerir a economia pela vontade política, “(...) deixando de ser um ente soberano para ser um ente subordinado a vontade internacional (FURMANN, 2011, p. 1)”. Outro sinal, apontado pelo autor, em relação à crise do Estado-nação é a formação de blocos econômicos regionais para fortalecer a economia, organizar vantagens tributárias e estreitar laços políticos.

No entanto, Milton Santos (2006) entende que tais sinais apenas mascaram o papel do Estado e que na verdade ele não está enfraquecido, pelo contrário, continua com força, mas agora com objetivos diversos dos interesses dos cidadãos. Para Santos (2006, p. 19), “(...) o que estamos vendo é seu fortalecimento para atender aos reclamos da finança e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”.

3.2.3 Dimensão Social

Quando se refere à globalização no campo social, apesar do discurso dominante defender o progresso material trazido pela globalização, para a maior parte da humanidade este fenômeno se impõe como uma construção de perversidades. Conforme afirma Santos (2006), o desemprego torna-se crônico, a pobreza aumenta, a fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes, a mortalidade infantil permanece, mesmo com os progressos médicos e da informação, e a educação de qualidade é cada vez mais inacessível.

Além desse rol taxativo de consequências sociais da globalização Santos (2006) destaca outros efeitos emblemáticos, como os problemas de saúde, alimentação e planejamento urbano. Na área da saúde, por exemplo, os surtos e doenças ganham escala mundial. Em relação aos problemas de alimentação, a regulação mundial de preços, trazida pela globalização, facilitou sensivelmente que uma crise de produção de gêneros alimentícios essenciais se alastre pelo mundo inteiro. Além disso, a urbanização sem planejamento tem trazido consequências de igual forma nefastas. Para Santos (2006), ao invés do homem dominar o território ele fica a mercê do território e das possibilidades que o mercado o impõe.

A industrialização descontrolada e a expansão do mercado também afetam o meio ambiente. O aquecimento global devido à emissão de gases poluentes e o buraco na camada de ozônio não podem ser combatidos sem uma ação global efetiva (FURMANN, 2011).

3.2.4 Dimensão Cultural

A dimensão cultural remete, num primeiro momento, a informação instantaneamente globalizada, a homogeneização das culturas e até ao inglês como idioma predominante nas formas de comunicação. O fato de que a comunicação se tornou possível à escala do planeta permitiu que fosse cunhada a expressão aldeia global, onde seria mais fácil comunicar com

quem está longe do que com o vizinho. Para Santos (2006) tal instrumento busca manter certos preceitos do mercado e de seus interesses. A dimensão cultural da globalização, de acordo com Canclini (2000), é muito mais complexa, feita não só de homogeneizações, mas também de resistências e hibridismos.

Apesar de a mídia possibilitar um conhecimento padronizado para pessoas de diferentes culturas e formações educacionais, o que se observa nos últimos anos é o crescimento da mídia privada, a abertura das ações das emissoras de televisão, a expansão da televisão a cabo e a proliferação da internet. Esses movimentos em conjunto, segundo Castells (2005), tem relativizado o poder das grandes redes de televisão nacionais. A internet, de modo especial, tem superado barreiras de classes sociais e traz um meio recheado de novas representações sociais. De acordo com Castells (2005), o ciber mundo tem uma esfera simbólica própria e transforma as culturas de diferentes formas.

O desenvolvimento tecnológico através dos meios de comunicação cada vez mais eficiente transformou a forma das pessoas observarem o mundo. Mas, apesar da importância das sociedades interativas, de acordo com Castells (2005), os vínculos oportunizados pela internet, em geral, ficam restritos a própria área de convivência dos usuários. Por isso, segundo o autor, é necessário relativizar ideias maniqueístas de completa americanização do mundo, simplificação das ideias ou invasão cultural. As culturas, segundo ele, têm trabalhado com a tecnologia no sentido de adaptá-las a interesses locais.

3.3 AS ABORDAGENS DA GLOBALIZAÇÃO DO FINAL DO SÉCULO XX

A paternidade do conceito de globalização gera contendas. Segundo Malcolm Waters (2002), Roland Robertson é a figura chave na especificação do conceito. A construção dele a partir da análise do fundamentalismo islâmico, integrando a relação entre religião e política à escala mundial teve como produto o fim da identificação do estado-nação como ator fundamental na cena internacional. No entanto, foi Giddens quem utilizou pela primeira vez a noção de emergência de um sistema global.

Ambos os autores referem-se à globalização como um processo de encolhimento do mundo. Para Robertson (1992, p. 8) o termo está relacionado à “compressão do mundo e a intensificação da consciência do mundo como um todo”. Giddens (1991, p. 69) define globalização como sendo “a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa”.

A ampliação crescente de fluxos globais ocorre de tal maneira que os Estados e as sociedades ficam cada vez mais enredados em sistemas mundiais e redes de interação. Isso

significa que, à medida que as distâncias diminuem, aumenta a velocidade relativa da interação social, assim as crises e acontecimentos em partes distantes do mundo passam a ter impacto mundial imediato isso implica num tempo menor de reação pelos tomadores de decisão (HELD e MCGREW, 2001).

Para Albrow (1990), a “(...) Globalização diz respeito a todos os processos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global (p. 9)”. E o desafio para o pensamento científico estava lançado, pois “o paradigma clássico, fundado na reflexão sobre a sociedade nacional, está sendo subsumido formal e realmente pelo novo paradigma, fundado na reflexão sobre a sociedade global (IANNI, 1995, p. 191)”. Ou seja, o conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional já não é o suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade internacional.

Apesar de a globalização denotar a escala crescente de fluxos e padrões inter-regionais, para Held e McGrew (2001, p. 13) “não deve ser entendida como algo que prenuncia o surgimento de uma sociedade mundial harmoniosa, ou de um processo universal de integração global em que haja convergência crescente de culturas e civilizações”. Giddens (2006, p. 24) acrescenta dizendo: “(...) há que admitir que a globalização não é um processo simples, é uma rede complexa de processos. E estes operam de forma contraditória ou em oposição aberta”.

Essa ideia de globalização como compressão do espaço e do tempo foi difundida ainda por sociólogos como David Harvey. A intensificação do processo espaço-tempo inerente ao capitalismo é analisada por David Harvey (1993), como propulsora de um duplo movimento de encurtamento do tempo e encolhimento do espaço, que se processam por intermédio de curtas e intensas implosões, aonde o mundo muda rapidamente, sem direção definida. A implosão mais recente, segundo o autor, acontece em 1970, com a transição do regime fordista de produção para o regime de acumulação flexível, o qual, devido à rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias eletrônicas na produção, teve efeitos profundos nas estruturas dos mercados financeiros. Deste modo, as décadas de oitenta e noventa, para Harvey (1993) caracterizam-se como uma fase de destruição do espaço pelo tempo, provocando impactos desorientadores e desagregadores “sobre as práticas político-econômicas, sobre o poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural (p. 257)”. Ademais, espaço e tempo para Harvey (1993) representam uma fonte de valor e poder. A compressão do espaço e do tempo daria um poder crescente para o capital globalizado, em oposição ao poder dos trabalhadores, com menor poder de ação global.

Além dessa concepção de globalização como fenômeno relativo à compressão do espaço e tempo, Prado (2001) apresenta mais três linhas básicas de interpretação do fenômeno, sendo elas: a) a globalização como uma época histórica; b) a globalização como hegemonia dos valores liberais; c) globalização como fenômeno socioeconômico.

Ramonet (1998, *apud* PRADO, 2001) seria um dos representantes da primeira corrente. Para este autor, após a queda do Muro de Berlim (1989) e do desaparecimento da União Soviética (1991) a humanidade entrou um novo momento histórico, que tem como característica principal a globalização. Conforme Ramonet (1998), “(...) O poder da globalização é tal que nos obriga a redefinir conceitos fundamentais sobre os que se apoiavam o edifício político-democrático construído no final do XVIII, como Estado-nação, soberania e cidadania (p. 55)”.

Além de Ramonet (1998), outros dois autores fazem parte da mesma linha interpretativa, segundo Prado (2001), são eles: Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Adeptos da teoria do ‘sistema mundo’ ambos os autores tem como referência teórica Fernand Braudel.

No entendimento de Braudel (1982), o capitalismo é constituído por uma camada superior de uma estrutura em três patamares: a primeira camada da pirâmide, seria composta de uma economia extremamente elementar e basicamente auto-suficiente, que denominou de vida material. Acima dessa camada, estaria a economia de mercado, com suas comunicações horizontais entre os diferentes mercados com uma coordenação automática que liga a oferta, a demanda e os preços. Logo após essa camada, estaria a zona do antimercado, onde circulam os grandes predadores e vigora a lei das selvas. Essa última camada, segundo Braudel (1982), seria o verdadeiro lar do capitalismo.

Arrighi (1996) defende a tese de que existiram quatro ciclos sistêmicos de acumulação de capital durante a evolução do capitalismo como sistema mundial: um ciclo genovês, do século XV ao início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do Século XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; um ciclo norte-americano, iniciado no fim do Século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira. Wallerstein (1997), em consonância, afirma que o moderno sistema-mundo se originou no século XVI. Ou seja, capitalismo e economia-mundo são as faces de uma mesma moeda.

Tanto Arrighi (1996) quanto Wallerstein (1997), consideram que se trata de um equívoco afirmar que é somente no século XX que o capitalismo se tornou mundial. Os autores entendem que a globalização não é um fato recente. Todavia, nas últimas décadas do

século XX, toma formas diferentes. Trata-se, pois, de uma nova fase de acumulação do capital. Por esse motivo que Prado (2001) qualifica esses autores na vertente da globalização como característica fundamental de uma época histórica.

Quanto à ideia de globalização como hegemonia dos valores liberais Prado (2001) afirma que o debate toma duas formas distintas: (a) o questionamento da existência do fenômeno da globalização; e (b) a afirmação de que fenômeno é real e observável.

Hirst e Thompson (1998), por exemplo, não percebem os movimentos atuais como novos, mas inteligíveis dentro de uma perspectiva histórica da economia internacional. Argumentam que não há um cenário de uma economia global recém-aparecida e virtualmente ingovernável. Os autores compartilham com Ianni (1995), a ideia de que a globalização, enquanto algo novo, não é mais do que um mito, ou um dos vários mitos surgidos a partir de movimentos socioeconômicos intrínsecos à forma de organização social capitalista, que se apresentam de roupagem nova, face à dinâmica conjuntural.

O investimento direto estrangeiro, segundo Hirst e Thompson (1998) estaria concentrado em um número limitado de países. Fora a tríade formada pela Europa, Japão e América do Norte, os três maiores blocos de riqueza, o investimento direto estrangeiro concentra-se em poucos países em desenvolvimento e em regiões de grandes países, como na Costa da China. Além disso, poucas empresas seriam transnacionais, isto é, realmente internacionalizadas. A grande maioria seriam multinacionais e, por consequência, fortemente vinculadas ao país sede. Os autores veem com ceticismo as grandes quantias que são diariamente negociadas nos mercados financeiros, uma vez que elas representam repetidas negociações dos mesmos capitais, em geral sem maior relação com o comércio.

Já o segundo enfoque, afirma o contrário. A globalização, nessa abordagem, é encarada como um fenômeno real e que se confunde com a supremacia historicamente determinada da ordem liberal. De acordo com Fukuyama (1992), a globalização representa a universalização dos valores da democracia liberal e da ordem econômica baseada em princípios de economia de mercado, cujo exemplo ideal seria o modelo norte-americano. A utopia da globalização capitalista (orientada pelo processo de integração econômica, livre intercâmbio de técnicas e mercadorias e dispersão espacial da produção e do consumo) encontrou no neoliberalismo a oportunidade de converter-se em programa político. O neoliberalismo, então, configurou-se como um dos pilares fundamentais para que a economia mundial se tornasse global e interdependente. Os países abriram suas economias, desregulamentaram seus mercados e, conseqüentemente, houve uma mudança do papel do Estado-nação.

Prado (2001) encaixa-se dentro da ideia de globalização como um fenômeno socioeconômico. Conforme segue:

Dada as distintas interpretações sobre o conceito, e a maneira pouco precisa em que, em alguns casos, este é discutido, preferimos optar por uma definição simples e facilmente mensurável. Definimos globalização como o processo de integração de mercados domésticos, no processo de formação de um mercado mundial integrado. Em vista desta definição, incluímo-nos, portanto, entre os defensores da idéia de globalização como fenômeno socio-econômico (PRADO, 2001, p. 4).

Além de Prado (2001), foi sustentada por outros autores também. Reinaldo Gonçalves (2002) é um deles. Segundo o autor a globalização seria definida como a interação de três processos distintos, quais sejam: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. A ocorrência simultânea desses processos nos últimos 20 anos tem afetado diretamente as relações econômicas internacionais.

François Chesnais em linha similar, apenas diferindo em relação ao termo, concorda com Gonçalves. O termo globalização, segundo Chesnais (1995) teria sido cunhado para advertir os megagrupos internacionais acerca dos obstáculos levantados, mundialmente, à expansão de suas atividades. Tratando-se da produção e comercialização de mercadorias materiais e imateriais (os bens e serviços), o termo globalização traduz a capacidade estratégica do grande grupo oligopolista em adotar abordagem e conduta globais, relativas simultaneamente aos mercados compradores, às fontes de aprovisionamento, à localização da produção industrial e às estratégias dos principais concorrentes.

Desta forma, o termo “*mundialização do capital*” usado por Chesnais, é aplicado para mostrar que, apesar da estreita inter-relação entre as atividades produtivas e as financeiras, há uma elevação no grau de importância das operações estritamente financeiras dos grandes grupos industriais. Para Chesnais (1995) a mundialização do capital caracteriza-se como nova fase do processo de internacionalização e reflete mudanças qualitativas nas relações de força política entre o capital e o trabalho assim como entre o capital e o Estado, em sua forma de Estado do Bem-Estar.

Na tentativa de precisar melhor o conceito de globalização, os economistas do Banco do Japão, Masaaki Shirakawa, Kunio Ojima e Shigenori Shiratsura, procuram distinguir globalização de internacionalização. Para eles, internacionalização refere-se a uma situação em que se ampliam as transações com o exterior, enquanto globalização refere-se à integração progressiva de cada economia na formação de um mercado mundial (PRADO, 2001).

De modo a resumir e facilitar a compreensão das interpretações da globalização apresentadas neste capítulo foi elaborado o quadro a seguir:

Quadro 1: Interpretações da globalização no final do século XX

Classificação geral	Globalização como fenômeno	Intepretação da globalização	Dimensões da globalização destacadas
Sociólogos (Robertson, Giddens e Harvey)	Recente	Globalização denota a ideia de compressão do espaço e do tempo.	Dimensão social e cultural.
Teóricos do Sistema-Mundo (Arrighi e Wallerstein)	Recente	Globalização configura-se como uma nova fase da acumulação capitalista.	Dimensão econômica financeira.
Céticos (Hirst e Thompson)	Antigo	Globalização não passa de um mito.	-----
Liberais (Fukuyama)	Recente	Globalização é um fenômeno real e representa a universalização dos valores da democracia e da ordem econômica liberal.	Dimensão econômica e política.
Economicistas (Reinaldo Gonçalves, Prado)	Recente	Globalização é vista como um fenômeno econômico.	Dimensão econômica
Escola francesa (Chesnais)	Recente	Utilizam o termo mundialização do capital. A mundialização caracteriza-se como nova fase do processo de internacionalização do capital.	Dimensão econômica financeira

Fonte: Elaboração do autor.

Essas linhas interpretativas são algumas das muitas existentes em relação à globalização. De acordo com Held e McGrew (2001) são muitas as teorias empenhadas em esclarecer as condições e os significados da globalização e não existem linhas de contestação definitivas e fixas. Pelo contrário, “há uma coexistência de conversas múltiplas (embora

sejam poucos os diálogos verdadeiros) que, em conjunto, não proporcionam de imediato uma caracterização coerente e simples (HELD; MCGREW, 2001, p. 8-9)”. Até porque “(...) a globalização não é um fato acabado, mas um processo em marcha (IANNI, 1996, p. 23-24)”.

4 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: OS LIMITES E AVANÇOS EM RELAÇÃO ÀS TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO SURGIDAS NO FINAL DO SÉCULO XX

O tema da internacionalização do mercado permeia todo o trabalho do sociólogo, a partir de fins da década de 1950 e início da década de 1960, sobretudo em sua obra de maior destaque, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969). De acordo Cardoso (1993), ele se utilizou da expressão “internacionalização dos mercados” para se referir à globalização da economia. O objetivo deste capítulo, nesse sentido, busca analisar as publicações do autor em relação a este tema, na tentativa de identificar os limites e avanços de sua interpretação em relação às teorias da globalização surgidas posteriormente, e abordadas no capítulo anterior.

4.1 DO MODELO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISTA À INTERNACIONALIZAÇÃO DO MERCADO

O período de formação do mercado interno na América Latina, de acordo com Cardoso e Faletto (1979), foi impulsionado pela política de industrialização sustentada pelas relações estáveis entre nacionalismo e populismo. O nacionalismo era uma constante nos países subdesenvolvidos, “tanto nos que estão juridicamente sob dominação de tipo colonial como nos que, mesmo sem formalmente constituir uma colônia, ocupam uma posição periférica no sistema econômico capitalista mundial” (CARDOSO, 1957, p. 88). O nacionalismo, segundo o autor, corresponde à forma pela qual, nos países subdesenvolvidos, as massas tomam consciência da sua situação socioeconômica vista de uma perspectiva nacional e internacional.

O modelo latino-americano de desenvolvimento nacional, de acordo com Cardoso (1968), implicou num jogo de relações de oposição, conflitos e acomodação entre os diferentes agentes sociais. Para o autor era perceptível a polarização entre os setores exportador-mercantil, de um lado, e as massas urbanas e os grupos industrializantes, de outro. De tal forma que “a política nacional no período de ‘transição’ da situação de subdesenvolvimento para a situação de desenvolvimento, estaria constituída pelo enfrentamento dos interesses e das visões distintas do processo histórico destes dois pólos” (CARDOSO, 1968, p. 68). Cabia, portanto, ao Estado, ocupante de uma posição intermediária nesse conflito, orientar e executar o processo de desenvolvimento econômico na maioria dos países periféricos. De acordo com Cardoso (1957), de maneira e intensidade diferentes, o Estado é que planejava as inversões, o comércio exterior, o financiamento interno e os empréstimos externos.

No Brasil, o esquema varguista é o maior representante disso. Com a política de substituição de importações, dada pelas taxas múltiplas de câmbio, e o investimento nacional orientado para setores estratégicos foi possível expandir e reequipar o parque industrial brasileiro.

De acordo com Cardoso (1960), o esquema utilizado geralmente para a explicação do crescimento industrial do Brasil leva em consideração apenas as condições econômicas e naturais exigidas pela industrialização. Como se fosse possível recriar o processo de industrialização todas as vezes que determinadas condições econômicas o propiciassem. Isto é, omitem as condições sociais que a permitiram. Nesse sentido, o autor busca demonstrar que as condições sociais do sistema de organização industrial de produção também deveriam ser analisadas.

Os preços favoráveis do café no mercado internacional durante a Segunda Guerra Mundial permitiu que os setores agrários suportassem, sem prejuízos para os seus níveis de renda, a expansão da industrialização no setor interno. Entretanto, quando essa conjuntura se transforma a aliança varguista alcança seus limites (CARDOSO; FALETTO, 1979). Com a queda no preço do café, meados de 1954, “parte dos setores agrários uniu-se à oposição de classe média urbana, fato que se somou a pressão não só dos grupos financeiros internos, mas também internacionais (p. 117)”.

Não obstante, logo depois da morte de Vargas (1954), já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é restabelecida a aliança populista-desenvolvimentista para fortalecimento do setor industrial. Porém, desta vez com um diferencial: a capitalização ocorreu mediante recursos externos. Utilizada para diminuir a inflação em curto prazo, caracterizou-se como uma medida suportável do ponto de vista do setor exportador. “Pôde então haver desenvolvimento a despeito da instabilidade política (CARDOSO; FALETTO, 1979, p. 117)”.

No entanto, Cardoso e Faletto (1979) afirmam que de modo algum deve se presumir que o desenvolvimento capitalista ocorre necessariamente através da participação e do controle externo. Na verdade, a interpretação deles é de existem limites estruturais para um desenvolvimento industrial controlado nacionalmente.

Para Cardoso e Faletto (1979) a industrialização, nas condições sociais e políticas da América Latina, implica grande necessidade de acumulação, mas resulta por sua vez em forte diferenciação social. Desta forma, as pressões dos distintos setores para tentar uma maior participação econômica e política, tanto dos incorporados como dos marginalizados, opõem-se as necessidades e ao tipo de investimento que o desenvolvimento capitalista postula.

Além disso, existe outro fator que deve ser levado em consideração. Segundo Cardoso e Faletto (1979), mesmo se tratando de uma sociedade autônoma quanto ao sistema produtivo, se o processo de acumulação e financiamento industrial for feito através das exportações a deterioração dos termos de intercâmbio também se torna um elemento que limita estruturalmente as possibilidades de desenvolvimento do país. Para os autores:

Nessas circunstâncias – de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento – as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p. 120).

Ou seja, não era possível manter o ritmo de industrialização no âmbito interno sem promover mudanças político-estruturais profundas. Ao mesmo tempo em que ocorre uma crise interna, em relação à capacidade de promover a industrialização nacionalmente, os investimentos estrangeiros surgem como uma alternativa. Para Cardoso e Faletto (1979) há uma coincidência transitória entre os interesses políticos e econômicos que permitiu conciliar os objetivos protecionistas, a pressão das massas e os investimentos estrangeiros dando continuidade ao desenvolvimento, vide o governo de Kubitschek no Brasil.

De acordo com Cardoso e Faletto (1979) o período de diferenciação da economia capitalista da América Latina apresenta um duplo movimento: o primeiro caracterizado pela crise do sistema interno de dominação, com o rompimento do populismo e uma reorganização política dos grupos dominantes; e o segundo caracterizado pela transformação da relação existente entre a economia interna e os centros hegemônicos do mercado mundial. Segundo Cardoso e Faletto (1979), reorganizam-se a estrutura do sistema produtivo e o caráter do Estado e da sociedade para dar lugar a nova modalidade de desenvolvimento possível na periferia do sistema mundial.

Para os autores, os interesses econômicos dos grupos políticos diretamente vinculados ao mercado externo nas economias nacionais do subcontinente impediu que se rompesse a condição periférica de dependência. Diante de tal constatação, a única forma possível de romper com a condição de subdesenvolvimento das periferias, seria a inserção incondicional das economias nacionais no processo de internacionalização do mercado mundial.

O pensamento predominante na América Latina até o início da década de 1950 era de que a empresa multinacional não teria interesse em um processo de industrialização da periferia. Seu objetivo seria apenas de exportar produtos acabados e importar *commodities* e insumos para sua indústria. O Estado e a burguesia industrial nacional eram vistos como os agentes do desenvolvimento nacional. Cardoso e Faletto (1979), no entanto, identificam um

novo movimento dos capitais industriais estrangeiros que muda substancialmente a forma de desenvolvimento e dependência das áreas periféricas. Conforme observa Cardoso (1993b):

As corporações internacionais passaram a diversificar não só os ramos de atividade econômica sob seu controle, mas a localização das fábricas, deslocando algumas delas para áreas periféricas. Disso derivou maior interdependência na esfera produtiva internacional – visto o sistema econômico mundial do ângulo dos centros de decisão – e uma modificação nas formas de dependência que condicionam os estilos de desenvolvimento dos países que se integram na periferia do capitalismo internacional (CARDOSO, 1993b, p.83).

4.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO E AS EMPRESAS MULTINACIONAIS

A principal semelhança entre a produção acadêmica de Fernando Henrique Cardoso, como sociólogo, e as teorias da globalização que surgem no final do século XX realmente está na questão da internacionalização do mercado interno. Este fenômeno, descrito por Fernando Henrique Cardoso no final da década de 1960, se aprofunda a partir de meados de 1980 - 1990. De acordo com Peters et al. (2000) a dimensão econômica da globalização passou a constituir não só um aspecto relevante no processo de globalização do final do século XX, mas o próprio processo em si.

De acordo com Gonçalves (2002) a internacionalização da produção ocorre sempre que residentes de um país têm acesso a bens e serviços com origem em outros países. O acesso a esses bens e serviços ocorre através do comércio internacional, investimento externo direto (IED) e relações contratuais. Entretanto, em termos da inserção produtiva dos países no sistema econômico internacional os mecanismos relevantes são o investimento externo direto e as relações contratuais. As exportações e as importações são formas de inserção comercial no sistema econômico internacional. Cabe ressaltar que:

(...) investimento externo direto significa que um agente econômico estrangeiro atua dentro da economia nacional através de subsidiárias ou filiais, enquanto as relações contratuais permitem que agentes econômicos nacionais produzam bens ou serviços que têm origem no resto do mundo. Os contratos de transferência de *know-how*, marcas, patentes, franquias e alianças estratégicas são os exemplos mais comuns (GONÇALVES, 2002, p.2).

Nos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso a dimensão produtiva não é uma novidade. Embora o autor não trate exatamente com esse termo é possível encontrar referências desse fenômeno em vários textos de sua autoria.

Cardoso (1993a) afirma que a partir de meados da década de 1950 há uma nova dinâmica do capitalismo internacional, impulsionado pelas empresas multinacionais. Segundo o autor, ocorre, na verdade, um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho. A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá sob um novo modelo, onde a periferia deixa de ter o papel de simples fornecedora de matéria-prima e passa a ser

incluída na produção e consumo de bens fabricados com participação do capital internacional. Além disso, as economias periféricas se qualificam também como agentes de produção para a exportação, na medida em que as empresas multinacionais se reorientam a fim de estabelecer bases industriais exportadoras dentro do território nacional. De acordo com Cardoso (1973):

Este fenômeno, que não foi particular ao Brasil, modificou profundamente o tipo de relacionamento entre as economias centrais e as periféricas. Ele correspondeu a uma alteração no comportamento dos consórcios internacionais que passaram a fazer investimentos nos setores secundários e terciários das economias dependentes, dando origem ao que eu designo como "internacionalização do mercado interno". Com efeito, a partir desta etapa a industrialização e o comportamento global das economias dos países periféricos passaram a pautar-se por formas próximas das que caracterizam os países centrais. Entretanto, esse processo se dá num contexto nacional (social e político) distinto do que prevalece nos países centrais e tem conseqüências específicas (p. 27).

Para Cardoso (1993a) a linha que separava o interno do externo se redefinia: “o imperialismo, que fora obstáculo à industrialização da periferia, passava a ser mola propulsora de *um certo tipo* de desenvolvimento industrial (p. 20-21)”. Cardoso (1972b) defende, nesse sentido, que “dependência, capitalismo monopolista e desenvolvimento não são termos contraditórios, pois ocorre um tipo de desenvolvimento capitalista dependente nos setores do Terceiro Mundo que estão integrados na nova forma de expansão monopolista (p. 15)”. O investimento estrangeiro, desta forma, não permanece mais como um simples "jogo de soma zero" da exploração, como era padrão no imperialismo clássico.

No entanto, apesar da nova relação do centro com a periferia apresentar, aparentemente, aumento de desenvolvimento e autonomia isso não significa a supressão da relação de dependência. Cardoso e Faletto (1979) afirmam que a expansão capitalista internacional e o controle sobre a periferia persistem. Mas, agora com outro perfil. Na verdade, apenas algumas etapas do processo produtivo são transferidas para as economias periféricas. O setor de bens de produção, especialmente aqueles com alta concentração de tecnologias novas, permaneceram nos países centrais.

Segundo Carvalho (2000) no período entre 1983 e 1990 a taxa de crescimento do fluxo de IED teve aumento de 34% a.a.. Para Chesnais (1996) o crescimento do IED é a característica mais relevante do processo de globalização. Decorrente da liquidez do mercado internacional e da desregulamentação das economias nacionais, o aumento do IED permitiu que as empresas pudessem se inserir nos mercados estrangeiros e competir em escala mundial.

O Brasil, no entanto, não pôde aproveitar o surto de crescimento dos IEDs nos anos 80 devido às dificuldades da crise da dívida externa. De acordo com Bandeira (2002) o final dos

anos 80 configurou-se como uma situação muito difícil não só para o Brasil, mas para toda a América Latina. O problema da dívida externa, a crescente fuga de capitais, a estagnação econômica e o incontrolável processo inflacionário reduziu a capacidade de importar e de atender ao serviço da dívida externa dos países latino-americanos.

O processo mais intenso de desnacionalização da base produtiva brasileira, segundo Hirakuta e Sarti (2011), ocorreu nos anos 1990, como resultado “das mudanças no cenário e na política macroeconômica com a liberalização dos fluxos de comércio e investimento, os processos de privatizações e o sucesso do plano de estabilização inflacionária (p. 7)”. Ou seja, o combate à inflação ocorreu através da adoção de um modelo de reorganização econômica estabelecido previamente pelo chamado Consenso de Washington.

O Consenso de Washington configura-se como a expressão e sistematização do ideário neoliberal na América Latina. As diretrizes econômicas previam: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; 10) propriedade intelectual. De acordo com Batista (1994) os objetivos básicos das propostas do Consenso de Washington eram, “por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado auto-regulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas (p. 27)”.

A partir do Consenso de Washington houve, então, a redefinição do papel do Estado, a privatização do setor produtivo estatal, a desregulamentação financeira e comercial, a valorização cambial, a elevação das taxas de juros e a desregulação do mercado de trabalho (POCHMANN, 2003).

4.3 O PAPEL DO ESTADO

Fernando Henrique Cardoso juntamente com Enzo Faletto (1979) já afirmavam que o papel do Estado nacional em relação ao controle sobre o modo de desenvolvimento econômico tenderia ao enfraquecimento. As normas do sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permite alternativas de controle da economia nacional internamente. Mais do que isso, “A unificação dos sistemas produtivos leva a padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p. 130)”.

Segundo Cardoso e Faletto (1979), a integração dos países periféricos na era da produção industrial relativamente moderna, por intermédio da transferência de capitais externos, e com eles da técnica e da organização produtivas modernas, propiciou que alguns

países da região alcançassem, em graus distintos, a intensificação do processo de industrialização. Mas, sofreram consequências restritivas em relação à autonomia do sistema econômico nacional e às decisões de políticas de desenvolvimento. De acordo com Cardoso e Faletto (1979):

O tipo de concorrência econômica imposto pelo “mercado aberto”, as normas de qualidade industrial e de produtividade, a magnitude dos investimentos requeridos (pense-se na instalação, por exemplo, da indústria petroquímica), os padrões de consumo criados, obrigam a determinadas formas de organização e controle da produção cujas repercussões afetam o conjunto da economia. Nesse sentido, através dos capitais, da técnica e da organização transferidos do exterior inaugura-se um novo eixo de ordenamento da economia nacional (p. 129).

O sistema produtivo brasileiro, desta forma, se mostra completamente entrelaçado à empresa multinacional. Uma fábrica de autopeças nacional produz para uma empresa multinacional. Não tem alternativa. Formalmente ele é um empresário nacional, mas está inserido num contexto que internacionalizou a economia (CARDOSO; SERRA, 1979).

A nova forma de dependência forja uma nova estrutura produtiva na economia periférica e modifica o papel da burguesia industrial. Segundo Cardoso (1975):

No desenvolvimento associado faz-se uma divisão de área de atuação que, sem eliminar a expansão dos setores controlados pela burguesia local, desloca-os dos setores-chave da economia ou, quando a burguesia local consegue manter-se neles é de forma associada e subordinada. Ao mesmo tempo, cresce a base econômica do setor estatal, que se endereça aos setores de infra-estrutura, e assegura-se às empresas multinacionais especialmente o controle dos bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.), bem como parte importante no controle da produção e exportação de produtos primários, brutos ou semi-industrializados (p. 47).

Para o autor, o acolhimento do capital estrangeiro no Brasil foi facilitado e franqueado pela nova correlação de forças criada com a intervenção militar de 1964. As forças armadas, segundo o autor, estabeleceram um sistema de acumulação interna de capital, por meio da retomada da associação estabelecida entre a burguesia nacional e estrangeira em Juscelino Kubitschek, incrementando-a. Destruíram os meios de articulação da classe trabalhadora, sem, contudo, eliminar a mobilidade social, de modo a reduzir as pressões vindas das classes populares e assegurar, para o capital nacional, estrangeiro e o próprio Estado, o controle das forças produtivas.

Nesse sentido, o regime militar brasileiro fundamentou-se na modernização conservadora e autoritária no plano institucional, para garantir e aprofundar o capitalismo dependente-associado; rompeu com o patrimonialismo e o populismo; fortaleceu o papel do Estado empresarial; aprofundou a integração com o sistema capitalista de produção internacional,

associando-se aos setores imperialistas; e, assimilou os procedimentos racionais capitalistas (CARDOSO, 1993b).

No que toca à burguesia nacional e sua situação política após o golpe militar, ficaram confirmados, segundo o autor, seus limites de classe que se desenharam historicamente desde o início da industrialização, limites que mostram amplamente sua impossibilidade de conduzir o processo de desenvolvimento, o que a conduz a cumprir agora “um papel subordinado na condução do processo de desenvolvimento” (CARDOSO, 1969, p. 184). De maneira que, não ocorrendo um capitalismo conduzido autonomamente pelo Estado, mas, ao contrário, um capitalismo dependente, conduzido com a presença do capital externo juntamente com o capital estatal e privado nacional, a burguesia se converte em “caudatária dos grandes grupos monopólicos” (CARDOSO, 1969, p. 184), associados com o Estado e com os setores mais avançados tecnologicamente do setor privado nacional.

4.4 ASPECTOS SOCIAIS

Em relação à noção de desenvolvimento tratada por Cardoso e Faletto (1979) ela é essencialmente capitalista, conforme expressa no seguinte trecho:

Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de *sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência (CARDOSO; FALETTTO, 1979, p.124).

O desenvolvimento capitalista, desta forma, não torna a sociedade mais igualitária. De acordo com Cardoso (1985) ao se ampliar esse tipo de desenvolvimento, tanto na periferia como no centro, pode produzir riqueza e pobreza, acumulação e diminuição de capital, emprego para alguns e desemprego para outros. Seria irrealista acreditar que a existência de um processo efetivo de desenvolvimento capitalista nas economias periferias eliminaria problemas e conflitos sociais pré-existentes. Visto que mesmo em economias desenvolvidas esses problemas continuam sem solução. No contexto das economias perifericas desenvolvimento significaria:

(...) o progresso das forças produtivas, principalmente através da importação de tecnologia, acumulação de capital, penetração de empresas estrangeiras nas economias locais, números crescentes de grupos assalariados e intensificação da divisão social do trabalho (CARDOSO, 1985, p. 29-30).

A internacionalização do mercado através da abertura do mercado aos capitais estrangeiros e maior homogeneização das técnicas de produção, comercialização e funcionamento, em comparação com os centros de desenvolvimento mundial, não trouxe

consigo maior participação social nos frutos do progresso tecnológico (CARDOSO, 1973, p. 28).

Nesse sentido, a globalização econômica no final do século XX demonstrou-se como um fenômeno que não busca unificação ou equidade entre nações. Pelo contrário, a globalização, apesar de expandir as fronteiras do Estado nacional, traz em si a máxima da exclusão dentro e fora Estado, ao obrigar os Estados a se adaptarem a uma estrutura política baseada nas regras do mercado e na soberania de grupos economicamente fortes.

Em nenhum momento durante a análise das obras de Cardoso encontramos algo que remetesse a globalização como fenômeno de compressão do espaço e do tempo como entendem a teoria da globalização de vertente sociológica apresentada no capítulo anterior. Nos textos examinados, não foi encontrado nada que diga respeito aos circuitos transnacionais de comunicação, a difusão de valores, subculturas e estilos de vida. Muito menos sobre a globalização dos conflitos e o surgimento de uma sociedade global.

A globalização em Fernando Henrique Cardoso é essencialmente econômica. Cardoso ao encarar o processo de internacionalização do mercado e de investimentos externos como um movimento novo na história do capitalismo denota semelhanças em relação à concepção de globalização dos teóricos do Sistema-Mundo. Esse movimento para os teóricos do Sistema-Mundo é a fase de acumulação financeira do sistema capitalista. Contudo, a contribuição acadêmica de Fernando Henrique Cardoso também apresenta uma relação estreita com a abordagem economicista e a escola francesa. Essas são as duas teorias da globalização surgidas no final do século XX que Fernando Henrique Cardoso mais se aproxima.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fernando Henrique Cardoso possui muitas obras que perpassam temas muito variados. Em decorrência da vasta produção científica do autor, nesta pesquisa buscou-se focar nas obras que pudessem auxiliar na identificação dos limites e avanços em relação às teorias da globalização surgidas no final do século XX, um dos pressupostos da Biblioteca dos Estados Unidos para ter concedido o prêmio Kluge a ele e o pressuposto principal para elaboração desta pesquisa.

O principal aspecto abordado por Fernando Henrique Cardoso que possui ligação com a globalização é a questão da internacionalização do mercado. Esse aspecto aparece com destaque no livro dele com Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* de 1969, por isso, buscou-se contextualizar o surgimento da obra com o debate sobre a questão do desenvolvimento no contexto de declínio da interpretação cepalina no decorrer do capítulo 2.

Em relação à questão do desenvolvimento na América Latina, a contribuição da CEPAL e das diversas vertentes da Teoria da Dependência constituiu-se como um ponto de inflexão muito importante. Não só para as teorias das Relações Internacionais, mas para todo o contexto latino-americano, pois é o momento em que a América Latina estuda e propõe e crítica seu próprio modelo de desenvolvimento, mas sem seguir o modelo de desenvolvimento dos países centrais. Em relação às interpretações da dependência, elas são extremamente importantes pois, analisam não só os aspectos externos da relação de dependência existente entre centro e periferia, mas também os condicionantes internos dessa relação.

Além de situar os estudos de Fernando Henrique Cardoso no debate do desenvolvimento e da dependência, fez-se necessário delimitar o conceito de globalização surgida no final do século XX e as principais teorias surgidas. Foi latente no capítulo 3 a falta de uma definição única e universalmente aceita para o termo. Não só pela abrangência do fenômeno, mas também, pela quantidade de teorias que se propõem a explicá-lo.

Por fim, o capítulo 4 consubstanciou na análise da produção científica de Fernando Henrique Cardoso, a fim de analisar quais os avanços e limites em relação às dimensões e teorizações da globalização tratadas no capítulo anterior. Desta forma, é possível concluir que Cardoso avança principalmente no aspecto econômico da globalização ao identificar o fluxo de investimentos externos direcionado aos países latino-americanos já em 1950. Esse processo foi intensificado em meados da década de 80, pela abertura econômica orientada pelo Consenso de Washington. Além disso, a dimensão política e social da globalização não são novidades nas obras de Fernando Henrique Cardoso. Em relação à dimensão política, ele

já concebia a diminuição da autonomia estatal em relação às políticas econômicas devido à força do mercado e o surgimento de grandes conglomerados econômicos. E em relação ao aspecto social, Cardoso nunca negou que a acumulação em termos capitalistas resultaria em aumento de desigualdades.

Apesar de Cardoso não tratar de nenhum aspecto cultural, compressão do espaço e tempo, nem da formação de uma sociedade global entende-se que Cardoso foi de certa forma um precursor do conceito de globalização pela estreita relação com a interpretação economicista e da escola francesa da globalização surgida no final do século XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

OBRAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO:

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento econômico e nacionalismo. **Revista Brasiliense**, n. 12, 1957.

____. Condições sociais da industrialização de São Paulo. **Revista Brasiliense**, n. 28, 1960.

____. Hegemonia burguesa e independência econômica. **Revista Civilização Brasileira**, n.17, 1968.

____. **Mudanças sociais na América Latina**, São Paulo: Difel, 1969.

____. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972a.

____. Imperialismo e dependência na América Latina. Tradução de Sylvia M. Caiuby Novaes. In: Simpósio sobre o Imperialismo da Universidad de Stanford. **Notas**. Standford, 1972b.

____. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

____. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique (org). **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**, São Paulo, Brasiliense, 1985.

____. **As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1993a.

____. **A construção da democracia**: estudos sobre a política brasileira. São Paulo: Siciliano, 1993b.

____. **O modelo político brasileiro e outros ensaios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993c.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique; SERRA, José. **As desventuras da dialética da dependência**. São Paulo: CEBRAP, n. 23, 1979.

OUTRAS OBRAS:

ALBROW, Martin. **Globalization, knowledge and society**. London: SAGE, 1990.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Tradução de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: UnB, 1986.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Unesp, 1996.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, v. 45 n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n2/a07v45n2>>. Acesso: 02 junho 2014.

BASTOS, Vânia Lomônaco; SILVA, Maria Luiza Falcão. **Para entender as economias do terceiro mundo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**, São Paulo, n. 6, 2. ed., 1994. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf>. Acesso: 03 junho 2014.

BAUMANN, Renato (org.). **O Brasil e a economia global**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian. **A América Latina entre a segunda guerra mundial e a guerra fria**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, v. 1, 2000.

BRAUDEL, Fernand. **The Wheels of Commerce**. Nova York: Harper & Row, 1982.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. As três interpretações. **Perspectivas**, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

CARDOSO, Eliana; ALBERT, Fishlow. Desenvolvimento econômico na América Latina: 1950-1980. **Revista de Economia Brasileira**, 1990. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/viewFile/456/6647>>. Acesso: 20 novembro 2013.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César roberto Leite da. **Economia Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CHESNAIS, François. **A globalização e o curso do capitalismo de fim de século**. Campinas: Economia e Sociedade, 1995.

_____. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DOMINGUES, Muricy et al. **Bases metodológicas para o trabalho científico: para alunos iniciantes**. Bauru: EDUSC, 2003.

FARIA, José Eduardo. **O Direito na Economia Globalizada**. São Paulo: Malheiros, 2004.

FIORI, José Luís. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FUKUYAMA, Francis. **The end of History and the last man**, New York: Free Press, 1992.

FURMANN, Ivan. Globalização e Estado: dimensões e dilemas. In: **Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 3077, 4 dez. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/20555>>. Acesso: 19 maio 2014.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

_____. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**, 2. ed., São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

_____. **O mundo em descontrole**. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **O mundo na era da globalização**. 6. ed., Lisboa: Editorial Presença, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENSTEIN, Lúcia. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. **O nó econômico**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

HAFFNER, Jacqueline A. Hernandez. **CEPAL: uma perspectiva de desenvolvimento latino-americano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HARVEY, David, **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e contras da globalização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HIRAKUTA, Célio; SARTI, Fernando. **Investimento externo direto e internacionalização de empresas brasileiras no período recente**. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/artigos/TD_1610_WEB.pdf>. Acesso: 03 junho 2014.

HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. **Globalização em Questão**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

IANNI, Octavio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Globalização Econômica, Política e Direito: Análise das mazelas causadas no plano político-jurídico**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

RAMONET, Ignacio. O pensamento único e os regimes globalitários. In: **Globalização: o fato e o mito**. FIORI, J. L.; SKINNER, M.; NORONHA, J. C. (org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

ROBERTSON, Roland. **Globalization: social theory and global culture**. London: SAGE, 1992

ROTHER, Larry. Brazil's ex-leader honored as scholar. **The New York Times**, New York, 13 maio 2012. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2012/05/14/arts/fernando-henrique-cardoso-of-brazil-to-receive-kluge-prize.html?_r=1&>. Acesso em: 01 maio 2013.

NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina: o pensamento da Cepal nos anos 1950 e 1990**. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: PUC, Instituto de Relações Internacionais, 2004.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Rev. FAE, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf>. Acesso: 03 dezembro 2013.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais e suas revoluções: elementos e estruturas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, v.1.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Globalização: notas sobre um conceito controverso**, Rio de Janeiro, 2001.

PETERS, Arno et al. **Fim do capitalismo global: um novo projeto histórico**. Tradução Eliete Ávila Wolf. São Paulo: Yamã, 1998.

PREBISCH, Raúl, O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1949.

_____. **Dinâmica do desenvolvimento latinoamericano**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.

POCHMANN, Marcio. **Efeitos da internacionalização do capital no mundo do trabalho no Brasil**. Buenos Aires: CLACSO, 2003.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RODRÍGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **La globalización del derecho: Los nuevos caminos de la regulación y la emancipación**. Bogotá: ILSA, 1998.

SANTOS, Milton e outros organizadores. **Fim de século e globalização**. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

SANTOS, Theotônio dos. **Teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cuadernos de Estudios Socio Económicos**. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio-Económicos, 1970.

SILVA, Karine de Souza. **Integração regional e exclusão social na América Latina**. 2. ed.. Curitiba: Juruá, 2009.

SUNKEL, Osvaldo. **Transnacionalización y dependencia**. Madrid: Cultura Hispanica, 1980.

TAVARES, Maria da Conceição. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina. In: Maria da C. Tavares, **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VALENTE, Marcos Alves. **Celso Furtado e os fundamentos de uma economia política republicana**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy**. New York: Cambridge University Press, 1997.

WATERS, Malcolm. **Globalização**. Oeiras: Celta Editora, 2002.